



## Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 27-06-2016

*Cláudio  
dos  
Rados*

### Ata de vinte e sete de junho de dois mil e dezasseis da sessão ordinária assembleia municipal de Tondela

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis reuniu a assembleia municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos publicitada.

O senhor presidente da câmara, ao abrigo do exposto dos pontos 4, 5 e 6 do artigo 25º do regimento da Assembleia Municipal de Tondela, solicitou a introdução do ponto: “Análise e parecer relativo à venda de terreno com a área aproximadamente de 115 000,00m<sup>2</sup>, localizado na Zona Industrial do Lajedo para localização de atividade industrial”, que foi aprovado por unanimidade pelos membros da assembleia.

Foram apresentada uma credencial: do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, à luz das quais se fizeram representar por Firmino dos Santos Melo de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Feita a chamada, cerca das nove horas, constatou-se a falta dos seguintes membros: Arménio Leite Marques, João Paulo Tavares, Ventura Gonçalves e Jorge Soares.

Os deputados tinham justificado as faltas, que foram aceites pelo presidente da mesa e consideradas relevadas.

#### **1-Período de antes da Ordem do Dia:**

##### **1.1.Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 30 de abril**

Não havendo intervenções, foi colocada a ata de trinta de abril à votação, que foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Felisberto Figueiredo, Cristiana Ferreira, Ana Rita Rosa e João Pedro Marques, por não terem estado presentes na sessão de abril.

##### **1.2.Leitura de expediente**

Foram presentes: dois jornais “Voz das Misericórdias”, o jornal “Associação” e convite da Casa do Povo de Campo de Besteiros para o seu convívio nos dias 2 e 3 de julho.



*Carlos  
Cunha*

### 1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Deu-se início ao ponto, dando a palavra à bancada da CDU, que declinou o convite.

De seguida, foi a vez da bancada do CDS, que tomou da palavra o deputado António Dinis. (anexo 1)

Continuou, entregando o requerimento, que se anexa com o número 2, no âmbito das Termas de Sangemil.

O senhor presidente da assembleia colocou o mesmo à votação, que foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Carlos Viegas, António Dinis, Jorge Henriques, Ana Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, João Pedro Marques, António Pereira, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Jorge Veiga, Jorge Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes, António Sérgio Almeida.

Seguiu-se as intervenções da bancada do PSD, que iniciou-se com a deputada Cristina Ferreira. (anexo3)

Continuou os trabalhos o deputado Sérgio Rodrigues. (anexo 4)

A deputada Vera Machado tomou da palavra para apresentar uma moção, no âmbito da agregação de freguesias. (anexo 5)

O deputado António Augusto Ferreira continuou os trabalhos com o voto de pesar ao cónego José Ribeiro dos Santos. (anexo 6)

De seguida foi a vez do grupo parlamentar do PS, intervindo a deputada Ana Rita Rosa que apresentou o voto de pesar a Helen Joanne Cox, que se transcreve:

“Helen Joanne Cox – **Jo Cox**, foi barbaramente assassinada no passado dia 16, pouco antes de completar 42 anos!



Carlos  
Bom  
Carlos

Parlamentar britânica, em representação do Labour Party (Partido Trabalhista Inglês), esfaqueada e baleada até à morte, era uma convicta adepta da permanência da Grã-Bretanha na União Europeia.

O assassino, Thomas Mair, alegadamente apoiante da extrema-direita, poderá não ser o único a ficar com as mãos manchadas de sangue!

Defensora dos refugiados, condenava a Islamofobia. Essa luta custou-lhe a vida, mas não conseguiu mudar a História.

Num artigo de opinião publicado pelo "Guardian", Jonathan Freedland sublinha *“a coerência, a generosidade, a frontalidade e a coragem exemplares da deputada assassinada e deplora a agressividade e a intolerância que, empoladas por certa comunicação social, confundem tudo e todos num leviano desprezo pela razão e pelo espírito crítico, acordando os monstros que devoram os valores republicanos e degradam a qualidade cívica das nossas democracias”*.

A Assembleia Municipal Tondela condena veementemente este brutal assassinato e manifesta à sua família e ao povo britânico o seu pesar e que a memória de Jo Cox se perpetue nos arautos da Liberdade.

Este voto, a ser aprovado, deve ser enviado à Embaixada Britânica em Portugal, solicitando o seu conhecimento ao marido e filhos da vítima.”

O deputado Joaquim Santos tomou da palavra com a intervenção, que se transcreve:

“Senhor presidente da assembleia municipal

Senhor presidente da câmara municipal

Senhores vereadores

Senhores membros da assembleia municipal

Senhores representantes da comunicação social

Senhoras e senhores,



Carlos  
Gomes  
Carvalho

Na última sessão, dois meses atrás, foram proferidas, por membros da maioria, afirmações que colocam em causa a honra e o bom nome do Partido Socialista e dos seus militantes; se algumas ofensas foram cobardemente proferidas no abstrato, outras foram incisivas e claras; todas podem, no entanto, carregar uma forma de crime!

Mas será que há coincidências?!

O tema da minha intervenção, para aqueles que não se lembram, foi precisamente “a razão das maiorias”, o que não lhes dá o direito de dizerem o que querem, da forma que querem, nem onde querem, muito menos num local que é de todos, embora isso lhes doa! É que uns, por terem mais tempo de antena, julgam-se impunes, outros, por terem todo o tempo, provavelmente pago por todos nós, sentem-se legitimados para espiolhar as redes sociais, na calada do silêncio, e vêm para aqui lançar obscenidades cerebrais!

Podem tê-las, mas asseguro-vos que não reconheço, em nenhuma destas espécies, autoridade moral ou ética para tamanha esclerose verbal.

Mas já não é de agora, desde há bastante tempo, veio à toma uma grosseira agressividade verbal, contra o PS e contra mim próprio, como se fossemos nós que estivéssemos no poder e eles na oposição!

É que na política, como na vida, não vale tudo – *irei falar disso mais à frente* - só a minha tolerância me impede de, aprovada a ata da última sessão, exigir, nos locais próprios, a reparação de tamanhas calúnias! Mas não o faço por agora!

Até poderia compreender certas reações, se fossem suficientemente humildes, vestidas de inculpabilidade, boa-fé ou inocência, mas não! São reações que poem a jeito os seus atores. Pelo incómodo que não escondem, suscitam dúvidas, questões, suspeitas! Mas, como diz o ditado: “*Quem não deve, não teme*”!

A verdade é que nem eu nem o PS temos de pedir desculpa a ninguém, porque nunca anunciamos um oásis, quando, afinal, era de um pântano que se tratava!

Acredito que nem todos conseguem ver as diferenças – mas nem esses têm o direito de injuriar quem consegue ver mais além daquilo que está ao alcance da nossa vista!



Caril  
Jus  
Carlos

Deixamos uma garantia – move-nos uma única causa, que eu apreendi ao longo da minha vida - a causa republicana; por isso, e até às últimas consequências, lutaremos pela Democracia, pela Liberdade, pela Solidariedade, pela Justiça Social e, conseqüentemente, pela transparência a que se obrigam todos os que aceitam o exercício dos cargos públicos!

E, em jeito de epílogo deste capítulo, e tal como as palavras do senhor presidente da câmara municipal, na última sessão – *“Nem todos os meus correligionários são meus apoiantes”*, também queremos dizer que estas palavras não são para todos, porque a esmagadora maioria dos presentes merece e, certamente, continuará a merecer respeito e consideração. Aquelas palavras são apenas para alguns, quiçá, para alguns que não passam, nas suas próprias palavras, de correligionários do senhor presidente!

A política é tudo que gira à nossa volta, que nos faz concordar ou discordar, anuir ou tentar dificultar, que nos move, que nos inquieta – a política é um conjunto de sentimentos que nos apaixona, que nos une ou que nos divide. Mas a política tem uma enorme virtude, porque nos permite escolher um de dois percursos: – a grandeza de pensarmos e sermos nós próprios ou a pequenez de seguirmos os outros! E é por isso que existe apenas um Partido Socialista, onde cada militante tem a liberdade, em cada momento, de trilhar o seu próprio caminho!

E se o PS desfez o mito que incomodou tanta gente, habituada a movimentar-se em hereges promiscuidades, fê-lo em bom tempo; fê-lo aqui e fê-lo no País. Aqui, talvez a tempo de desmascarar e remediar alguns males, no país, tentando evitar o desmantelamento das mais sagradas conquistas do povo português:

Foi no Serviço Nacional de Saúde, revertendo o regabofe dos privados, que angariavam milhões à custa da doença e do erário público;

Foi na Segurança Social, que descaradamente estava a ser entregue ao setor privado;

Foi na Escola Pública que, aos poucos, estava ser sugada pelos “amarelinhos”, enquanto a tantos professores qualificados era atribuído um “horário zero”, antecâmara de despedimento, e enquanto tantas escolas lutavam pela sobrevivência.



Caril  
Bros  
Cados

Este Governo tem, provavelmente, um dos mais capazes e competentes ministros da Educação da nossa História; não apenas porque, pela primeira vez, as crianças que iniciam a sua vida escolar irão ter manuais gratuitos, mas também pela recuperação das Novas Oportunidades, da conclusão de uma rede universal de educação pré-primária, do apoio à investigação que foi destruída pelo anterior executivo. E por muito mais...pela sensatez, pela compreensão e pelo respeito por toda a comunidade escolar.

E pesem todas as desvairadas preocupações do ex-Primeiro-ministro, da ex-ministra das Finanças e de outros “ex”, e já depois de imputados a redução da sobretaxa de IRS, dos aumentos das pensões e de todos os “esbanjamentos” deste governo, o défice orçamental homólogo do 1.º trimestre, baixou de 5,5% para 3,2%.

Afinal, o crime da austeridade não compensa! O que mostra que a “geringonça” chegou tarde, mas chegou!

Por fim, não podemos ignorar os últimos acontecimentos na Europa, porque a todos dizem respeito. Mais que os resultados eleitorais de ontem, no país vizinho, que voltarem a dizer “não” às políticas de austeridade, impostas pela Alemanha e seus capatazes, olhemos para a Grã-Bretanha.

Como é posição oficial do Partido Socialista, ***“este resultado é uma oportunidade para a União Europeia se renovar e reencontrar o caminho da coesão social, crescimento económico, um espaço de paz e segurança e igualdade e convergência entre todos os Estados Membros”.***

Como antes dissemos, em política não vale tudo! A ganância pelo poder está bem espelhada na atitude do ex-primeiro-ministro britânico David Cameron que ultrapassou a linha que separa o bom senso, prometendo na campanha eleitoral de 2015 um referendo sobre a permanência na EU, para cativar a extrema-direita xenófoba e racista, em busca da vitória que acabou por obter.

Nesta inconsciente aventura, saiu-lhe a fava, que até ao lunático Donald Trump deixou feliz!

Não devemos estar inquietados com a saída dos súbditos de Sua Majestade da União Europeia, mas devemos preocupar-nos com o aproveitamento político que a



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 27-06-2016

*Cacul  
Jm  
Caldas*

extrema-direita europeia já está a fazer destes resultados. Os populismos geram situações destas e é esse o grande desafio que agora se coloca aos atuais dirigentes europeus.

O presidente da Comissão europeia, Jean-Claude Juncker não pode continuar a dizer que a França é a França, nem o pateta Jeroen Dijsselbloem (o tal do mestrado falso) não pode continuar a ameaçar com sanções a Portugal!

Esta Europa, de maioria neoliberal, só interessa aos detratores dos ideais solidários de Jean Monnet, de Willy Brandt, de Helmut Schmidt e de François Mitterrand.

Esta Europa, sobretudo desta última década e meia, não tem sido mais que um teatro de marionetas, onde bonecos principais são a senhora Dorothea Merkel e o senhor Wolfgang Schäuble, entre outros bonecos de segunda linha que compõem o elenco, comandados pelos agiotas financeiros que continuam impunes pela passividade do povo europeu.

Por isso, esta Europa tem uma enorme tarefa pela frente – fazer com que as decisões sejam tomadas pelo povo e não por funcionários mercenários, como acontece atualmente.

Ou uma Europa dos Cidadãos, ou uma Europa desta gente...a escolha tem de ser nossa!”

O senhor presidente da assembleia colocou à votação a moção apresentada pela deputada Vera Machado, tendo o deputado António Dinis solicitado intervir, o que lhe foi concedido:

“Só para dizer que vamos votar favoravelmente a moção, tanto mais que estamos a pouco mais de um ano das eleições autárquicas e é necessário clarificar esta matéria de uma vez por todas. Faz todo o sentido que se acelere e se peça esclarecimentos a quem de direito, já que isto foi proposto pelo atual governo ou por alguém mandatado pelo atual governo. No nosso concelho tivemos uma discussão séria e agora temos de esclarecer rapidamente, porque o tempo urge.”

O deputado Joaquim Santos interveio, de seguida:



*Acordado*  
*Jos Carlos*

“Fico espantado com esta moção do PSD, embora me agrade. Só lamento que isto tenha vindo com três anos de atraso. Concordo com o teor desta moção, mas quero primeiro que o PSD explique, aqui, para poder votar, senão abstenho-me, o que pensa o PSD. O que é que o PSD quer deste governo? O que quer o PSD que o governo faça acerca da reversão das freguesias? A nossa posição, do Partido Socialista foi sempre clara. Sempre foi contra a régua e esquadro do mapa autárquico que foi desenhado pelo vosso Partido. Não foram os compromissos com a Troica assinados pelo governo. Os senhores foram mais além do que a Troica. Ninguém se deve esquecer deste PSD do País, governo, do então ministro Miguel Relvas, qual foi a posição e qual foi a vossa posição. Quero que me digam aqui o que é que os senhores querem, agora que estão na oposição. Não tenham medo. Se me conseguirem responder votarei favoravelmente, se não me conseguirem responder abster-me-ei, embora declare aqui que estou de acordo com o governo se pronuncie acerca do que quer fazer. Mas, não é assim que se fazem as perguntas. Exigimos ideias, como eu as fiz, como nós as fizemos. O que propõem? Compreendo porque é que estão a tomar esta posição agora, porque já há movimentos a surgirem que vos incomodam. Incomodam-vos, porque vós próprios não cumpriram acordos que fizeram assinar às pessoas. Quando há seriedade em todo o processo, a palavra vale mais do que uma assinatura. Muito obrigado”.

A deputada Vera Machado interveio:

“Só dizer ao deputado Joaquim Santos que a posição do PSD é muito clara. Terminada a fase de ajustamento do país, em que houve um conjunto de compromissos que foram assumidos pela Troica, neste momento e pela posição que temos ouvido de alguns membros do Partido Socialista, estamos em condições para reverter e pensar este processo todo de novo. O que queremos saber é se vão ou não reverter? Quando? Se antes ou depois das autárquicas?”

O deputado Joaquim Santos voltou ao debate:

“Afinal este processo de ajustamento acabou ou não? Ainda hoje ouvi aqui dizer que estás tudo pior. Afinal como é que é? Foi por causa das uniões de freguesias criadas que se poupou dinheiro? Os senhores têm de ser coerentes. Sempre disse que não era por acabarem autarquias, que iríamos poupar dinheiro. Não se poupou nada. O programa de



*Caetano  
dos  
Santos*

ajustamento, dizem vocês, que já acabou. Acabou, mas viram tudo ao contrário. Não viram com certeza a Caixa Geral de Depósitos, agora é que estão a ver, como se não estivessem lá estado quatro anos e meio. Afinal como é que é? Quero que alguém me explique isso. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a moção à votação, tendo sido aprovado por maioria com as abstenções dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Ana Rita Rosa, Jorge Batista, João Pedro Marques, Manuel Jorge Veiga, Jorge Marques, e António Sérgio Almeida e os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, António Figueiredo, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, António Fernandes Pereira e José Manuel Mendes.

O deputado Abílio dos Santos tomou da palavra:

“Votei a favor, mas meramente por disciplina de voto, porque com o máximo respeito por vós, não acredito neste momento que nenhum partido, sobretudo os mais fortes PS e PSD, estejam preocupados com a reversão das freguesias. Penso que faz parte do passado. Foi o PS culpado, foi o PSD culpado por ter feito agregação das freguesias. Penso que não veio beneficiar nenhuma freguesia, muito pelo contrário. Veio prejudicar muitas freguesias.”

O deputado Manuel Veiga interveio:

“Senhor presidente, senhores deputados.

Venho dizer que a minha abstenção, não é por não concordar com esta questão. É pública a posição do PCP, tal como na divisão das freguesias. Mantem-se a mesma posição. Todo o processo foi mal conduzido. Esta divisão não veio trazer benefícios, antes pelo contrário, veio trazer prejuízos e afastamentos das autarquias com a população.”

O deputado Joaquim Santos voltou ao debate:



*Carlos  
Cunha*

“Como já referi e como o PSD não conseguiu explicar-me o sentido da sua moção, nem a sua posição clara, o Partido Socialista absteve-se nesta votação. Quero referir que a nossa posição foi sempre clara desde o início deste projeto de extinção de freguesias. Para aqueles que não sabem, aconselho a ver as redes sociais, porque há muita matéria e informação da posição do Partido Socialista e sobretudo do governo nesta matéria.”

De seguida o presidente da assembleia colocou à votação o voto de pesar ao Cónego José Ribeiro dos Santos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Carlos Viegas, António Dinis, Jorge Henriques, Ana Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, João Pedro Marques, António Figueiredo, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Jorge Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

O presidente da assembleia continuou com a colocação do voto de pesar a Helen Joanne Cox, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Carlos Viegas, António Dinis, Jorge Henriques, Ana Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, João Pedro Marques, António Figueiredo, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Jorge Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

O presidente da assembleia agradeceu, em nome da mesa, ao senhor presidente da câmara a possibilidade que os membros tiveram em efetuar uma visita guiada à Assembleia da República, ao museu dos coches e de assistirem ao desafio de futebol entre as seleções de Portugal e da Estónia. Referiu, também, a possibilidade que os membros tiveram de confraternizar sem o formalismo das responsabilidades autárquicas.



*Ceal*  
*Jm*  
*Carlos*

## **2-Período da Ordem do Dia:**

### **2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro**

O senhor presidente da câmara interveio:

“Senhor presidente da mesa, restantes membros da mesa, membros da assembleia municipal, público presente, a todos saúdo.

Começando pelas palavras do senhor presidente da assembleia municipal, o gosto foi especialmente meu pelo facto de nos terem dado a oportunidade de estreitar essas relações e acima de tudo foi um momento de partilha entre todos, pelo que agradeço a disponibilidade a todos que puderam acompanhar-nos.

Começo por lamentar não satisfazer os interesses do deputado Dinis. Não irei satisfazê-los na medida em que prevejo que a sua perspetiva política de posicionamento tático tem de ter algum espaço de confronto e não estou nesse campeonato. Responderei institucionalmente às perguntas feitas, mas não serei adversário nesse jogo político-partidário. Gostaria de saber onde está o contrato? Matéria mais do que discutida na última assembleia. Foram explicados quais eram os investimentos públicos. Foi explicado que existiria um investimento privado âncora de seis milhões de euros, a desenvolver pela Tondelviva e que esse investimento teria que ser suportado pelos seus sócios. Essa matéria, para mim está mais do que esclarecida. Sempre que for necessário debatê-la, naturalmente que julgo que bastará recordarmos e lermos a ata da última assembleia. Mas se assim não for é dito que o executivo desperdiçou 1,5 milhões nas termas e pergunto onde está esse contrato assinado, para poder avaliar a responsabilidade dessa decisão. É pedido quais são as atas e deliberações que levaram ao retorno desse não procedimento desse processo. Pergunto, onde estão aquelas onde foi assinada e aprovada? Seguramente que deve ter sido até julho de 2013. Portanto, estarei muito atento e empenhado à procura desses documentos e o membro da assembleia poderá trazê-los.

Registo, também, alguma distração ou falta de informação, para dizer que o município afinal não utilizou “overbooking” e portanto fomos uns maus gestores. Tenho pena de não ser um bom comunicador, porque por várias vezes houve oportunidade de



*Cláudio  
João  
Cândido*

afirmar que as obras “Corveira a Vale do Porco”, “Ferreirós a Lajeosa do Dão” e as obras do Bairro Novo /Campo de Nandufe foram integradas em “overbooking”. Não quero interpretar nessas palavras uma crítica ao município por ter feitas essas obras.

Em relação ao PEDU, temos de ser sérios e claros na forma e nas coisas como dizemos. Primeira questão, Lamego está na CCDR Norte, portanto quem tiver algum cuidado e tempo pode explorar convenientemente as diferenças entre a CCDRN e a CCDRC. A comparação deverá fazer-se entre a CCDRC, Mangualde, Viseu e Tondela. Aconselho a saber quais forma os critérios que estiveram por base na afetação dos montantes ao PEDU. Alias mais à frente irei detalhar com mais pormenor esta informação, não por resposta ao membro da assembleia municipal, mas por respeito a toda a assembleia e pelas informações que julgo dever prestar. Em relação ao PEDU, foram identificadas desde o primeiro momento quais eram os três eixos onde poderia haver investimento. Não é investimento para o concelho, é investimento no concelho e em particular no centro estruturante, as cidades e os núcleos urbanos. No caso em concreto só pode haver investimento PEDU na cidade de Tondela e dentro da cidade, bem que não era o nosso objetivo, pelo que no primeiro momento defendemos a possibilidade de haver investimento estruturante noutros núcleos urbanos. É conhecida a minha posição em relação ao território do concelho, o núcleo urbano onde careceria de algum investimento, a vila do Caramulo. Mas, os regulamentos que estão afetos ao PEDU só permitem que haja investimento nos planos estratégicos de desenvolvimento urbano em cidades que sejam as capitais do concelho. É possível na reabilitação urbana, centrando-se em áreas urbanas degradadas, especificando pavilhões industriais, equipamentos ou edifícios públicos degradados, sendo aqui que está o enfoque principal. Felizmente, a cidade de Tondela não tem nenhuma situação de bolsa industrial degradada dentro do perímetro urbano. O segundo domínio onde a intervenção é possível prendia-se com intervenções com bairros sociais degradados ou de conflito social. E, terceiro grande capítulo, a mobilidade sustentável urbana. Por muito que gostemos ou não temos um concelho que tem mais população que Lamego ou Mangualde, mas cujas cidades comparativamente esta é a mais pequena de todas. Este são os critérios e quando os queremos conhecer ou queremos fazer política não conhecendo os critérios utilizamos um chavão que eu quero debater “outros teriam dado um muro na mesa”. Quem, senhor



## Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 27-06-2016

*Caul*  
*13*  
*Castos*

deputado? Gostaria de perceber? “Outros teriam dado em muro na mesa, teria colocado a voz de Tondela sem deixar calar”. Quero discutir isso. Se há matérias nas quais tenho orgulho é na defesa dos interesses do meu concelho. Não permitirei que se apropriem situações, quando não se quer conhecer a realidade dos factos. Em Tondela não temos transportes públicos ditos urbanos. Temos uma negociação de afetação de quatro milhões na primeira fase de negociação, porque independentemente de quem esteja cá em outubro de 2017, o atual presidente da câmara já deixou prevista a renegociação deste acordo, que tem previsto em primeiro executar aquilo que temos previsto. A seu tempo iremos fazer uma apresentação pública dos projetos que estão previstos. Pelas razões que eu disse só poderão estar focados na reabilitação urbana de edifícios, é sabido que nós identificámos uma área urbana degradada que se pretende com o antigo armazém da Federação dos Viticultores da CVR Dão, tal como, não sendo desejo do senhor deputado, a intervenção na frente ribeirinha, é uma das áreas prevista no PEDU, porque faz parte dos objetivos estratégicos de revalorização urbana, as frentes ribeirinhas. Bem sei que não é uma obra sua, nunca a faria ou nunca a apoiaria, porque fazê-la implica primeiro executá-la.

Tal como na área de intervenção da habitação, nós temos nenhum bairro social, bairro degradado, dentro do perímetro da intervenção da ARU. Mas, não deixámos de afetar uma verba de meio milhão de euros para aquisição de algumas bolsas que estejam degradadas para que possamos reabilitar e para que possamos colocar no mercado de habitação, nomeadamente habitação em renda apoiada para jovens casais ou famílias carenciadas. Tal como afetámos uma fatia ao IFRU, o instituto financeiro que irá apoiar a reabilitação para privados na medida em que há um projeto privado dentro da área de intervenção e que esperamos possa vingar. Para todas as comparações, estou disponível para as fazer dentro das regras que são conhecidas.

A redução do preço da água é outra matéria que gostaria de ser claro. O que não está percebido? Na última assembleia deixou-se informação de que depois de sete meses à espera que a ERSAR perguntasse à DGAL, quem era a entidade que tem competência para aprovar o regulamento de serviços. A DGAL respondeu à ERSAR, que afinal reconhece que é a assembleia intermunicipal da associação de municípios que tem a competência. Espero que a ERSAR possa rapidamente aprovar esse regulamento de serviços. Até hoje, não é do nosso conhecimento que esteja aprovado. Só no fim de existir



*C. A. A.*  
*S. J.*  
*Cardos*

o regulamento de serviços é que nós poderemos aprovar. Já aprovámos um regulamento de apoio às famílias numerosas e às famílias carenciadas. Para implementar um tarifário que se pretende para apoiar as famílias tem de existir o regulamento de serviços.

Tomei de boa nota a informação que o historiador lhe fez chegar e a interpretação do conhecimento da arte rupestre. É uma matéria que estamos sempre a acompanhar. Julgo que deveria fazer, também, uma visita à estação rupestre de Molelinhos, até para se inteirar da valorização pedagógica que fazemos com estes espaços, inserindo-os e valorizando-os na ação educativa, porque quanto mais pessoas temos sensibilizadas para a temática do património e da arqueologia, teremos maior probabilidade de ter um concelho que melhor preserve os seus bens patrimoniais.

Deputada Cristiana fez uma intervenção sobre a Caixa Geral de Depósitos. Não sendo uma matéria de política local, mas não deixa de ter relevância. Na verdade a essência da pergunta centra-se no seguinte: qual é o risco de se querer conhecer aquilo que é desconhecido e que supostamente não gera confiança? Esta é que é a pergunta de fundo. Quem antes governou e tutelou esta instituição, diz que a deixou sabendo que tinha as coisas controladas. Se quem chega dois ou três meses depois diz que é necessário recapitalizar e não se sabe se com três mil milhões, se com quatro ou mais. Acho que é legítimo que direta ou indiretamente iremos pagar o custo desta recapitalização, saibamos o que se passa. Por mim, enquanto cidadão, é extramente preocupante saber hoje quais as razões políticas, económicas que levaram a que a TVI tenha colocado uma notícia que fez cair três dias depois o Banif. Quais foram os interesses económicos que estiveram por detrás? Depois foi-nos levado a concluir que teria tal resultado de uma imposição de Bruxelas, uma troca de email. Mas Bruxelas vem dizer que não houve nenhum email impositivo, que afinal o governo poderia transpor para 2016 essa decisão, porque tinha espaço para acomodar as respetivas respostas. Isto é que eu acho crítico. O crítico é não sabermos o que está por detrás das decisões. Um estado maduro, democrático, de direito não deve limitar-se a tomar opções de decisões que tenham implicações futuras. Implicações estas que inevitavelmente conduziram ao fecho de representação desta instituição, que tem um peso social no nosso país e despedimento de pessoas. Ou algum de nós acredita que a recapitalização da Caixa não trará associado por parte de Bruxelas a obrigação de apresentar um plano de recapitalização? Quando se diz Bruxelas não tem



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 27-06-2016

*Caral*  
*Jos*  
*Carlos*

de dar opinião. Tem. Isto acontece como quando uma empresa vai apresentar um PER ao banco, ele pergunta qual o seu plano estratégico de recuperação. É isto que neste momento está a ser discutido entre Bruxelas e o governo português. Acho que este assunto não é um assunto menor, é de relevante interesse nacional.

Agregação de freguesias. Não vale a pena agora discutir de quem foi a incitava, essa discussão já foi há quatro anos atrás. Quem escreveu os princípios basilares do memorando da Troica, em março de 2011, foi o governo que então governava. Bruxelas exigiu que esse memorando fosse subscrito por outros dois partidos que na altura não eram governo, mas que o subscreveram. São os factos. O que está escrito no memorando é claro: reduzir o número de autarquias. Não tem a regra, mas está escrito. Todos nós podemos discordar se o modelo foi o adequado. Essa discussão foi feita no tempo certo. Se hoje, não estamos sob o peso da assistência externa, se é reconhecido que o resultado não é expressivo. Se os partidos que apoiam o governo, em particular quer o Bloco, quer o PCP deixaram bem claro querem que seja já. Se o PS tem a mesma vontade, porque espera para fazer esta opção? Espera, porque o PS não quer fazer nenhuma reforma a este nível. Há um Ministro-adjunto que criou um grupo de trabalho para avaliar, mas não quer fazer nenhuma mexida antes de outubro de 2017, porque senão já tomava a iniciativa legislativa neste momento. Não tenho nenhuma reserva em que haja a reversão dessa medida. Está nas mãos do governo tomar essa decisão. O governo não vai fazer nenhuma mexida significativa, porque nas grandes cidades e nas grandes freguesias a generalidade dos autarcas que estão aí não querem regredir, passaram a ter outro peso, outra importância política, outros meios financeiros. Este ensaio de reforma começou à conta da intenção do então presidente de Lisboa, hoje primeiro-ministro. Alguns presidentes de juntas, em Lisboa, têm competências e delegações de poderes superiores a vereadores e hoje não vão querer voltar atrás. O que reafirmo, é que não aceito que haja demagogia a dez meses de eleições, ir à Assembleia da República dizer que sou parte da solução e ao mesmo tempo saber que o problema não é resolvido neste momento. Neste momento, não há desculpa para que a atual maioria não tome essa decisão, os dois parceiros de coligação concordam com a medida.



*Carlos*  
*Jos*  
*Carlos*

Sobre as demais questões, não deixo de me associar ao voto de pesar pelo falecimento Cónego José Ribeiro dos Santos, pessoa que nós homenageámos em setembro do ano passado com a entrega da medalha de mérito municipal.

Sobre a entrega do sistema da segurança social ao sector privado. Haverá sistema de proteção social no nosso país se não existirem IPSS? Não, faz parte do sistema de segurança social. Não é o sistema retributivo ou os serviços de segurança social. A rede social é serviço de segurança social. É verdade que um dos parceiros da coligação, em particular o Bloco de Esquerda há muito que defende que se extingam os acórdãos com as IPSS, por serem de seriedade duvidosa, mas ao Estado cabe fiscalizar.”

Continuou com a intervenção escrita e a informação financeira. (anexo 7 e 8) e de seguida passou à visualização em imagem, com explicação das atividades da câmara desenvolvidas no período que decorreu entre a assembleia municipal de abril e junho.

Seguidamente, interveio o deputado Jorge Henriques. (anexo 9)

O Joaquim Santos tomou da palavra, de seguida:

“Queria a propósito da intervenção do senhor presidente, relativamente à resposta ao António Dinis, onde diz que não existe regulamento de serviço de água e de acordo com o parecer da DGAL, informação que já nos tinha dado na assembleia anterior, em que a aprovação é da competência da assembleia geral da AMRPB. O senhor diz que não sabe o que se passa. O senhor como presidente da câmara municipal de Tondela é membro do conselho executivo do Planalto Beirão. Concorde que essa aprovação seja feita por dezanove municípios, dos quais catorze não têm nada a ver com esse assunto? O que vai fazer nessa votação? Aprovar o regulamento que aqui trouxe e retirou desta assembleia? Tem ou não tem conhecimento que houve propostas de alteração a esse regulamento? Mas, a meu entender não é motivo para não estar em vigor um projeto de apoio a famílias carenciadas para redução do custo da água, porque enquanto não há regulamento, há uma Lei de 2009. Aliás é essa Lei que há oito anos está a ser incumprida por uma empresa privada que se chama Águas do Planalto. No entanto, nem a ERSAR, nem o Planalto Beirão, nem ninguém sabe disso ou dizem que não sabem. Afinal em que país é que vivemos? As Leis quando se fazem são ou não são para todos? O senhor disse que teve



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 27-06-2016

Caral  
Fris  
Caral

uma reunião com o presidente da ERSAR e que vai ter outra. Senhor presidente sugiro que lhe pergunte porque que é que ele não atua sabendo disto. Sabendo que a adenda ao contrato feito em 2007 nem sequer teve o parecer favorável da ERSAR, pergunto-lhe se vai estar em cima da mesa nessa reunião o problema da água do nosso concelho?

Senhor presidente, recebi um email, que também foi lhe dirigido, acerca da Ludoteca. Não quero acreditar que aquilo que lá está escrito seja verdade. Mas gostaria que o senhor se pronunciasse sobre o assunto. Muito obrigado”.

O deputado Abílio dos Santos continuou:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, mesa, caros colegas.”

Antes de mais gostaria de partilhar as palavras simpáticas e honestas acerca da importância das nossas instituições, nomeadamente ACERT e o Clube Desportivo de Tondela, sendo tão importante como as outras, são aquelas que mais dignificam e mais longe levam o nome de Tondela. Sem duvida nenhuma que a permanência do CDT é de realçar, não só do ponto de vista desportivo, mas também do ponto de vista económico.

Queria prestar o meu reconhecimento à câmara municipal de Tondela pela riqueza, não só na quantidade como na qualidade das atividades que foram possíveis realizar nestes últimos dois meses. Seria difícil colocá-las por um grau de importância. Queria agradecer ao senhor presidente da câmara a deslocação a Lisboa, sobretudo pelo grau de amizade e solidariedade que existiu ao nível de todos nós.

Este ano está a ser utilizado de forma sublime e otimizado o Parque Urbano. Penso que foi o ano em que houve mais atividades, tanto a nível social, recreativo, educativo e desportivo. As festas de encerramento das AEC's foram fantásticas. Foi bonito ver tanta gente.

Queria referir-me também às marchas populares. Este ano o público manteve-se de início ao fim e não acho que tenha sido pelo facto do Nuno Eiró cá ter estado. Foram bem programadas, tiveram muita cor e muita beleza. Acho que é de realçar.



*Cleul  
F  
Caldas*

— Quanto ao movimento associativo, o Jorge Henriques já se referiu. Mas, penso que em relação ao movimento associativo, temos um dos melhores da zona centro. Muito obrigado”.

O deputado António Dinis interveio:

“Senhor presidente da assembleia, caros membros da assembleia.

O requerimento foi entregue, porque fiquei de o enviar, a razão pela qual trago outra vez à assembleia as perguntas que lá estão colocadas é porque nunca foram respondidas. O contrato foi assinado em Monfortinho, com o governo, em setembro de 2009, tanto mais que teve a amabilidade de apresentar, aqui, as cópias a comprová-lo. Não há dúvidas. O que penso é o seguinte. Estava aprovada a candidatura, logo o município avança com ela ou não, mas isso é em todos os projetos. Agora se não houver candidatura aprovada, aí é que não há dinheiro.

Em relação às águas e ao saneamento. Quando na altura fiz a proposta, houve alguém aqui que disse que o CDS ia fazer uma bandeira política para deixar ficar mal os nossos presidentes de junta, vai dizer para as populações que votaram contra a descida dos encargos da água. Foi aqui dito e o CDS nunca o fez. Os senhores presidentes das juntas ouviram o senhor presidente colocar essa suspeita e podem agora todos dizer se o CDS o fez ou não. Não o fez, isto é seriedade. Tanto é sério que venho aqui hoje dizer aquilo que disse, sem demagogias. O objetivo fundamental da nossa proposta é reduzir os encargos pagos pelas nossas populações relativamente ao serviço de água, saneamento e resíduos. Tanto mais que na assembleia de 2014 vimos aqui os comparativos, onde se paga mais caro no nosso distrito, já não há dúvidas para ninguém. Agora dizer, “calma isto é demagogia”, “isto está na ERSAR para discutir isto ou aquilo“, meus amigos se queremos realmente reduzir os encargos principalmente para as famílias mais carenciadas, há montantes na fatura que são da exclusiva responsabilidade do município. Agora perguntaria ao senhor presidente da câmara, quem era o vereador na altura que deveria ter apresentado o tal regulamento que nunca foi apresentado? Quem era o vereador? Não venho aqui fazer demagogia, mas obrigas-me a vir para aqui clarificar as coisas. Era da tua responsabilidade, ou não era? Não era? Não tinhas o pelouro? Estou então equivocado?



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 27-06-2016

*Carlos*  
*Cardos*

Em relação a uma observação do que se passa no nosso território, “das miopias, das graduações, etc.”. Prefiro uma pessoa que vendo mal, usa lentes progressivas e vai vendo o que se passa nos territórios, vai tendo outras experiências comparativas, do que aquele com precisão microscópica mas que só vê aquele sitio e que falta o mundo. Quando falta o mundo é uma chatice. Por aí e respondendo à graduação, tenho lentes progressivas, mas tento ver vários mundos.

Finalmente, tenho uma questão em relação à FICTON. Li que a FICTON iria decorrer de 9 a 18 de setembro. Quero aqui manifestar o meu desacordo total em relação a essa decisão. Estamos a um ano e pouco de eleições, vamos ter muita festa, por coincidência as aulas vão começar de 9 a 15 e portanto não sei o que o município pretende fazer. Gostaria de saber o que se pretende fazer se entramos neste campo da festa. Dez dias, acho que Tondela não tem dimensão. Já dizíamos quando era seis dias que era muito tempo e agora vamos para os dez dias. Compreendo, falta pouco tempo para eleições, mas acho que devemos ponderar para ver se vale ou não a pena.”

O deputado Felisberto Figueiredo continuou os trabalhos:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, restante mesa, membros da assembleia.

Neste momento e apresentação das atividades da câmara é dos momentos que me dá mais prazer quando participo nas assembleias.

Em relação a uma intervenção do companheiro Joaquim Santos quando disse “a escolha tem de ser nossa”. Realmente, sou dessa opinião. Quando vejo o nosso atual governo relativamente à presença da atividade privada nas áreas da saúde, educação e segurança social, fico preocupado. Faz-me lembrar um tempo em que tudo tinha de ser estatal e um certo monopolismo de estado. O que é mau. O estado deve ser regulador dessas atividades, mas não tem de ser controlador e muito menos monopolista. Falaram, aqui, nas atividades de enriquecimento curricular, onde vemos as dificuldades que a câmara tem de as implementar. Os nossos governos e sobretudo dos nossos sindicatos pensam a realidade do país a partir de Lisboa e pouco mais. O que me preocupa nisto, é que o estado e determinados partidos do nosso país tenham medo, que determinados



Carlos  
Ferreira  
Carlos

privados ganhem dinheiro servindo o povo, ainda que seja contratualizado com o estado. Estou convencido que toda esta fase que nós passamos teria sido muito mais grave se não tivéssemos tido a nossa rede de IPSS a intervir no terreno conforme intervieram. É cegueira política pura tentar achar de que as IPSS ganham dinheiro desmesurado à conta do serviço que prestam. As IPSS pela própria designação que têm investem todo o dinheiro que podem ganhar nas suas atividades na melhoria e no reforço da atividade que desenvolvem. Estou ligado a uma IPSS que investiu um milhão de euros na construção do edifício que tem, sem um cêntimo do estado para essa obra. Fê-lo através da rentabilização dos meios, que ao longo dos anos, tem sabido gerir e aproveitar. Logicamente que tem protocolo com a segurança social relativamente ao serviço que presta. Sei que o Veiga tem uma opinião diferente da minha, mas eu respeito-a e espero que também respeite a minha. Uma coisa é protocolar um serviço, outra é construir. Conheço instituições que tem as suas sedes construídas com dinheiro do estado, inclusivamente os sindicatos. Fui sempre sindicalizado e acho que o seu papel é importantíssimo, mas espanta-me que os seus dirigentes sejam pagos pela sua entidade patronal e não pelo próprio sindicato. Preocupa-me a guerra contra o ensino privado. A Escola Profissional de Tondela, por exemplo, é ensino privado. Todas as escolas profissionais deste país são privadas, obrigaram-nas a serem privadas. Quando fui dirigente da escola profissional de Tondela demoravam cerca de nove meses a reembolsarem as despesas que tinha. Recorri-a a um empréstimo da Caixa Geral de Depósitos, em que os juros não eram elegíveis para apresentar como despesa e logicamente era através da gestão da própria escola e dos seus recursos que garantia o pagamento desses encargos. Houve uma altura, em enviavam os maus alunos para a escola profissional, depois começaram a ver que alguns desses alunos até iam para o ensino superior com boas notas. A certa altura já não queriam que recrutássemos alunos da escola secundária de Tondela e de outras. Passado algum tempo até a escola secundária de Tondela passou a ter cursos na mesma área de formação da escola profissional de Tondela. Isto é a lógica de um estado que dá liberdade e iniciativa à sociedade. Incomoda-me que tenhamos num regime democrático, um governo que tenha tendências estatizantes e monopolistas.”

O deputado Jorge Marques tomou da palavra:



*Carlos*  
*Carlos*

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, minhas senhoras, meus senhores.

Nestes últimos meses houve intervenções em Campo de Besteiros, que não sendo de grande monta, foram de grande oportunidade. O valor não é significativo, mas foram em tempo oportuno. É isso que se espera do município que intervenha na altura própria e que faça as obras que nos ajude a fazer aquilo que tem de ser feito.

Provavelmente que o senhor presidente da câmara, na sua explanação, deve-se ter esquecido da estação de bombagem da ponte de Santa Eulália e da parte sul da avenida Dr. Afonso Costa, que não tem saneamento básico. Coloco-me à disponibilidade do senhor presidente da câmara para em conjunto e de mãos dadas fazermos o que ainda não foi feito. Infelizmente, ainda há muita coisa e pedia-lhe para que juntos possamos fazer algo mais.

Um dos objetivos enquanto cidadão era visitar a Assembleia da Republica. Tive o prazer e a oportunidade de a fazer, pela mão do município. Fiquei satisfeito. Essa satisfação, pude constatá-la nos meus colegas e camaradas. Muito obrigado”

O deputado Manuel Veiga interveio:

“Há aqui duas ou três coisas que gostaria de falar. Uma delas é relativo ao CDT. Está de parabéns pela sua manutenção, mas não vai alterar em nada a nossa posição de ter sido feito um investimento que não irá ter retorno. Além disso não vou alterar as minhas preferências clubísticas, porque mesmo na 2ª divisão, continuarei a ser da Académica.

Em relação às escolas profissionais e ao ensino privado. É posição do PCP, que quando não houvesse a possibilidade da resposta do ensino publico, que seriam o privado em protocolos feitos com o estado. Não me choca. Choca-me em situações de competição direta, ser feita e mantido esse financiamento.

Em relação às escolas profissionalizantes. Desde sempre o PCP teve a defesa, que ela deveria existir, a formação da via profissional. Não vejo qual é o drama ou o medo das escolas profissionais. Não deixa de ser verdade que é compromisso por parte do estado tomar conta da educação, pois é esse o seu papel com a garantia da escola pública.



*Cláudio  
Santos  
Caldas*

Em relação ao sistema de radioterapia no hospital público. Agora, parece e já está a ser dado como hospital de referência o hospital da Cuf para a oncologia. Não sei se não virá a radioterapia, como se tinha dito, para a iniciativa privada e não para a pública, onde deveria estar.

Vi, aqui, algumas medidas que foram tomadas nas zonas de captação de água por causa dos incêndios florestais. Devido ao tempo que estive, vimos nas matas aumentar o risco de incêndios e não temos visto claramente essa limpeza a ser efetuada, quer na parte direta do município, quer na dos privados, onde o município deveria desempenhar um papel de sensibilização.”

O deputado Joaquim Santos continuou:

“Só vim aqui para responder ao senhor deputado Felisberto Figueiredo. Como sabe aquele estado monopolista e esquerdista da Finlândia tem a melhor educação do mundo. Não se pode confundir, nem se pode vir para aqui com habilidades de dizer que o estado quer ter o monopólio da educação. Nós cidadãos é que temos o direito de saber para onde vai os nossos impostos. O dinheiro dos nossos impostos passam por garantir uma segurança social adequada, por garantir que os serviços públicos não sejam serviços mininos como os senhores pretendiam fazer e por garantir uma educação para todos. Nós não somos a favor dos monopólios. Nem somos contra as escolas privadas. As escolas profissionais tem o seu papel no ensino em Portugal. Não confundamos escolas profissionais com empresa privadas ligadas à saúde e às seguradoras ligadas à segurança social. São coisas completamente diferentes. Não venham para aqui atirar poeira para os olhos. Há efetivamente o direito à escolha. Nunca este governo disse que não havia direito à escolha no ensino, na saúde, na segurança social. Estejam à vontade. Eu e outras pessoas andámos a estudar em colégio privado, não havia outra alternativa. Agora, não podemos é obrigar as pessoas ou mesmo o estado a financiar colégios, em que as pessoas até podem pagar. Há uma discriminação negativa para os alunos que andam no público, que não têm acesso às mesmas facilidades que os meninos que andam nos colégios privados. Quem quiser que pague. Não queremos acabar com os colégios privados. Que continuem com os serviços de saúde das companhias de seguro ou dos bancos. Quem lá quer ir, paga. Há



*Alcald*  
*3*  
*Carlos*

que exigir uma garantia. Todos os cidadãos tem direito a essas vertentes que fazem parte da nossa vida: educação, saúde e segurança social.

Já agora, senhor presidente, foi alertado que havia pessoas que quando recebiam as faturas da água, se dirigiam ao Planalto Beirão e diziam que não queriam pagar taxa de saneamento e de resíduos sólidos urbanos. Nestes casos, as Águas do Planalto cortam essas duas verbas das faturas. Quero saber qual é o controlo sobre isso. Se é verdade ou não. E se é verdade, se as Águas do Planalto dão conhecimento à câmara dessas situações e o que é que a câmara municipal faz a partir daí? Muito obrigado.”

O presidente da câmara respondeu:

“Não deixa de ser relevante que no período das atividades da câmara, 60% do tempo seja para discutir as funções do estado. O que é importante. Sinal que a atividade da câmara é vista da importância nacional, porque também exerce funções públicas de estado. Julgo que devemos ser muito objetivos. Efetivamente, há uma diferença ideológica naquilo que são as funções do estado e como são exercidas. Há quem pense que as funções do estado devem ser exercidas, em primeiro lugar pelo estado, em segundo lugar pelo estado e em terceiro lugar pelo estado. Vivemos em democracia e mesmo a força das maiorias tem razão de aceitar que as minorias possam pensar de forma diferente. Há quem pense que o estado deve ser prestador. E só quando o estado não é capaz de prestar, porque é incapaz de o fazer, é que deve admitir a possibilidade de alargar a privados a possibilidade de contratualizar. Na verdade é esta questão que está na essência da discussão em relação às escolas, porque o estado em algum momento da sua história não foi capaz de ter um serviço universal. O alargamento da universalização da educação levou a ser incapaz de controlar a sua resposta e então aceitou como legítima a contratualização com privados. Um estado de direito é um estado responsável? É um estado que se permitiu que ao lado de uma escola pública tenha licenciado uma escola privada, não para responder à necessidade de oferta mas para diferenciar a escolha. Neste caso não está obrigado a ter que contratualizar eternamente esta escola privada que foi construída ao lado de uma pública, que já dava resposta. A opção de risco é do privado. Mas se o estado em determinada circunstância não foi capaz, porque não tinha meios, e convidou o privado a construir, a criar uma resposta, e hoje por força da redução



demográfica, porque o problema está aí, o estado já passou a ter resposta. É legítimo que o estado tenha convidado a investir num projeto, porque ele não o fazia, e agora diga que já não é necessário? Esta é que é a questão ética e moral que aqui está. O estado tem responsabilidade ao longo dos tempos. Na minha ótica, o estado tem de ser um agente de fiscalização, tem que promover a igualdade, de oportunidades e a universalidade de respostas. Todos temos os mesmos direitos nas mesmas condições e com a mesma qualidade, independentemente se essa resposta pública advém de serviços públicos ou de privados, que ele fiscaliza, motoriza e saber qual a resposta é mais económica. Não me perguntem é se eu concordo em que haja colégios a escolher alunos? Isso é outra questão. Acho que a escola contratualizada deveria ter um rácio de alunos com diferente status sociais, com diferentes capacidades.

Deputado Joaquim Santos, não há serviços mínimos, nem serviços máximos. Há serviço público que tem de ser prestado e que tem de ser pago. É uma falácia a ideia de acreditar que o serviço, não mínimo mas máximo, é algo que é um direito, porque os recursos são ilimitados. Temos de ter a obrigação de gerar cada vez mais respostas, mais universais, a menores custos. Não é a menor qualidade. É melhor gestão.

Deputado Jorge Henriques elogia a sua intervenção, a forma como foi feita e acima de tudo o argumento literário que foi decorrendo acerca da loucura que todos precisamos de ter para acreditar em algumas coisas. Acima de tudo a capacidade de não ser loucura regrada que nos impede de sonhar e de ousar. Isso é a diferença que por vezes está no limite do racional para o irracional. A demagogia é o irracional aplicado como se fosse possível. A ousadia é a capacidade de querer realizar sabendo que há um caminho a progredir, mas que ele é possível com esforço. O nosso movimento associativo é dos instrumentos mais relevantes para afirmação social e coesão do nosso território.

É legítimo que dezanove municípios aprovem um regulamento que apenas reporta a cinco? O que a ERSAR vem dizer é que quem tem competência para aprovar o regulamento de serviços é a assembleia intermunicipal. A ERSAR também responderá se não foram os dezanove que aprovaram a concessão de serviços? Então são eles que tem de se pronunciar sobre essa questão. Ficaria preocupado sobre outra pergunta. Se estes cinco municípios tiverem uma opinião e os outros doze tiverem uma opinião contrária e



*Cardeiros*  
*Cardeiros*

por força dessa opinião for seguido um caminho diferente desses cinco, isso é aceitável? Não me preocupa que doze que não tenham a ver com o sistema tenham a mesma opinião que os cinco do sistema tenham.

O que diz a Lei de 2009 é que os sistemas concessionários têm de ter um regulamento de serviços. Não diz que perante a ausência desse regulamento crie-se um ad hoc. Até 2013 não existia regulamento de serviços. A inexistência de regulamento de serviços impede que se apliquem tarifários ou apoios em situações específicas. O que não se compreende é que depois de 2013, tenhamos estado um ano nas mãos da ERSAR e da DGAL. A ERSAR conhece que existem propostas e sugestões para o regulamento, porque todas foram remetidas, em tempo útil, para que também se pronuncie sobre elas. A ERSAR tem de dizer se as propostas formuladas devem ser acolhidas ou rejeitadas, porque é a entidade reguladora.

Os presidentes das câmaras promoveram uma reunião em Tondela com o senhor presidente e a senhora vogal da ERSAR, onde muitas questões foram abordadas, entre elas questões de concessão. Foi pedido à ERSAR, a exemplo de outros processos tal como o de Barcelos e Paços de Ferreira, que desenvolvesse estudos sobre várias matérias. Haverá uma outra reunião na próxima quarta-feira em Lisboa.

Está no atual quadro comunitário algo que se chama sustentabilidade de serviços e dos sistemas. Um município que se candidate a uma obra de construção de uma ETAR ou rede de saneamento, não pode só candidatar-se porque tem uma obra para fazer. Entre outras coisas, além do cadastro, tem de apresentar o estudo do seu tarifário. Se chegar à conclusão que o custo são dez e a recolha no tarifário são dois, o que o POSEUR e o ERSAR vão dizer é que deve-se em primeiro recuperar a diferença dos valores e depois apresentar a candidatura. O município pode dizer que não está interessado e que quer um custo gratuito para os seus munícipes. Nestes casos, deverá pagar as obras sem poder recorrer a fundos. As regras são estas. Se queremos financiar os nossos sistemas de recolha de tratamento de água residual por nós próprios podemos fazê-lo.

No âmbito do POSEUR, a associação de municípios apresentou uma candidatura para cumprir as metas do Portugal 2020, que é a redução de deposição em aterro. É uma candidatura de quinze milhões e todas as análises técnicas dizem que é das melhores



*Carlos*  
*Abílio*  
*Carlos*

candidaturas que entraram no POSEUR. Mas, a candidatura foi devolvida dizendo que não tem condições de admissibilidade, porque a mesma é para dezanove municípios e há alguns que entendem não aplicar as tarifas de RSU. Logo, se não há aplicação de tarifas a candidatura cai. Nós não podemos ter o melhor de dois mundos. Temos de dizer o que queremos. No nosso caso, o tarifário do saneamento está deficitário. Se queremos financiamento, temos de ter sustentabilidade. Neste momento temos adjudicado um estudo de tarifário nas águas residuais, que vai ter de demonstrar que as receitas futuras são suficientes para os custos de exploração de sistema.

Recebi o email do município ao qual tenho resposta preparada. Tem uma ideologia política conhecida e estranho que tenha enviado para os diferentes grupos parlamentares, incluído os que têm acento na assembleia municipal e não ter enviado ao PSD, deve ter sido por falta de email, mas vou facultá-lo. Tem a ver com um conjunto de considerandos respeitante à ludoteca e pelo facto de não concordar que não seja resposta para todas as crianças do concelho, porque em Benfica é assim. Na altura não estava presente e a chefe de divisão terá respondido que se era assim tão bom nesses locais o porquê de ter vindo para cá. Na verdade, não conheço nenhum ATL do país que dê resposta a todas as crianças desse concelho. O nosso é para crianças dos seis aos dez anos e não consigo que dê resposta a seiscentas e cinquenta crianças. No email também refere que isto foi feito para proteger os privados. Eu respeito todos os privados, mas se fosse para os proteger nunca teria tudo uma resposta pública. Temos uma resposta pública que é limitada à existência de vagas e que por força das normas de funcionamento, estamos a colocar rotatividade. Vou ter resposta para dez semanas para grupos diferentes de crianças. Entendi como um ato de alguma provocação política. Um presidente de câmara não deve olhar para as questões de natureza políticas, mas deve sim responder em função da sua intervenção institucional enquanto presidente de câmara.

Senhor Abílio agradeço o reconhecimento que fez as atividades. Se elas existem tem muito a ver com o nosso movimento associativo e da sua independência.

Senhor presidente da junta de Campo de Besteiros, a oportunidade por vezes é tão importante como a grandiosidade. É verdade que nesta candidatura ao POSEUR não estão previstas essa elevatória de Santa Eulália, porque é uma mera deslocalização e isto não é



*Caral*  
*07*  
*Caral*

elegível, ao contrário de Couço/Mouraz. O assunto não está esquecido. Percebo a motivação de ter obras, porque o arranque do mandato foi muito permissor com a obra da 230.

A FICTON tem um custo que ronda os duzentos mil euros, em três grandes capítulos de despesa: estrutura logística, com mais de noventa stands, palcos e camarins, iluminação festiva e tudo o que lhe está associado. A estrutura de organização é praticamente a mesma para três dias como para dez dias. Este ano não há eleições autárquicas, se é essa a preocupação. Considerando que o dia 16 de setembro é uma sexta-feira, a FICTON ficaria reduzida a quatro dias. São opções, a nossa não é essa. A nossa opção é ter a FICTON em dois fins-de-semana. Em primeiro lugar pela imprevisibilidade metrológica e pelo investimento feito para que possa ter a devida repercussão. O investimento não é só o investimento do município. As tasquinhas que ali são implementadas pelas juntas de freguesia ou associações, que têm um custo elevado, pela sua montagem. Julgo que o risco é muito menor se alargarmos para dez dias. A FICTON abrirá no dia 9, teremos um fim-de-semana com período alto, baixaremos durante a semana com a presença de grupos locais e as tasquinhas com um plano de funcionamento rotativo, no dia 15 retomará até ao dia 17 como dias fortes. Procuraremos ter um grande evento sem ter um desvio de custos significativo.

A cobrança feita pelas Águas do Planalto relativamente aos RSU e a saneamento é uma receita do município. Em momento algum no contrato de concessão existe a obrigatoriedade das Águas o fazer. Quer dizer se um cidadão quiseres pagar o serviço que tem contratualizado com as Águas e não com terceiros, as Águas do Planalto não podem impedir. Tem é de comunicar a seguir ao município e nem sempre o cruzamento desses dados existe e caberá ao município instruir os respetivos processos de execução. Já o disse várias vezes que o sistema que existe de cobrança de RSU é injusto, porque na mesma rua onde todos usam há alguns que não pagam, até se julgam com mais propriedade para usar, porque não estão ligados à água e não estão a pagar RSU. Na minha opinião deveria haver uma cobrança universal.

O município não tem responsabilidade sobre a limpeza de matas. Tem é por força do seu plano de defesa contra incêndios, a gestão de faixas de gestão de combustíveis e



redes secundárias. O município apresentou em tempo útil uma candidatura ao PDR que entretanto foi anulada, pelo que neste momento não existe nenhuma aprovada para limpeza e gestão de faixa de gestão combustível. Em relação a privado, o município desenvolveu uma estratégia pedagógica em articulação com os serviços do SEPNA da GNR, particularmente nas freguesias que identificamos como mais críticas. Em revisão orçamental reforçamos as rubricas de redes primárias e faixas de combustíveis e estamos a ultimar adjudicações para em particular na área da serra do Caramulo fazermos limpezas.”

## **2.2 Análise e discussão do "Papel do município face à problemática do abandono de animais"**

Iniciou-se o ponto com a intervenção do deputado Joaquim Santos com a intervenção, que se transcreve:

“Senhor presidente da Assembleia Municipal

Senhor presidente da Câmara Municipal

Senhores membros da Assembleia Municipal

Perguntarão, alguns de vós, o sentido de introduzir na Ordem de Trabalhos desta sessão, um ponto cujo tema é “O papel do município face á problemática do abandono de animais”.

Há, certamente, outros assuntos relevantes que mereceriam a nossa atenção, e certamente que merecem. Aliás, têm merecido.

É a segunda vez, neste mandato, que o PS utiliza a prerrogativa regimental de agendar um assunto.

Fazemo-lo, desta vez, porque os animais, parte das nossas vidas, são também nossas preocupações. Coabitamos espaços, partilhamos sensações.

As sociedades modernas e civilizadas respeitam os animais e condenam a sua tortura, que não se limita ao abandono, mas também na sua participação em espetáculos degradantes e medievais- circos, lutas e toureios!



Carlos  
Viegas

A História mostra-nos que a mentalidade humana é resistente à mudança, à quebra de tradições, privilegiando o sadismo inato do animal racional que somos. O Homem é o único ser que mata por prazer.

Ao contrário, os seres não humanos apenas matam pelo instinto de sobrevivência. Isto coloca-nos no fundo da escala, abaixo de todos os seres que habitam o nosso planeta.

Por isso, a consciência obriga-nos a que não fiquemos calados. Porque, tantas vezes, os prisioneiros são aqueles que se estão do lado de fora das grades.

Começamos por aqui, porque temos que começar por algum lado.

Esta iniciativa, promovida pelo Partido Socialista, é dirigida a todos - aos membros desta assembleia municipal, ao município de Tondela, aos tondelenses.

Esperamos, sinceramente, que ninguém ouse demarcar-se desta iniciativa por preconceitos partidários.

Só com o envolvimento de toda a comunidade poderemos ter sucesso.

É uma oportunidade para todos.

Os animais não são culpados, nem podem ser vítimas das desavenças políticas.

Os animais não votam!

Chamamos a vossa atenção para as imagens que se seguem.”

De seguida foi apresentado e visualizado um documentário sobre a problemática do abandono de animais.

O deputado Carlos Viegas continuou com a intervenção que se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Senhores membros da Assembleia Municipal

Senhores representantes da Comunicação Social

Senhoras e senhores,



*Cláudio  
J. Carlos*

**Reflexão sobre o posicionamento do Município face aos novos Projetos de Lei N.º 976/XII e n.º 65/XIII-1.<sup>a</sup>**

*Respetivamente o primeiro proíbe o abate indiscriminado de animais pelas câmaras municipais e institui uma política de controlo das populações de animais e o segundo aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e para a modernização dos serviços municipais de veterinária.*

No seio das sociedades contemporâneas e nos âmbitos científico, filosófico, cultural e jurídico, há um cada vez maior consenso em torno das nossas responsabilidades, enquanto humanos, face às demais espécies, num progressivo afastamento do paradigma medievo-cristão do “primado do homem” que nos colocava no centro e como objetivo único da criação.

No entanto, enquanto atualmente a ciência reconhece a natureza própria dos animais não humanos enquanto seres vivos sencientes, (capazes de sentir dor, desconforto, stresse, angústia e sofrimento) e conscientes, [capazes de autoconsciência, de memória, de aprendizagem e de perceção da sua vida e do seu futuro (Declaração de Cambridge de 2012)] em Portugal, no plano jurídico civil, estes **ainda não passam de coisas.**

Por outro lado, cada vez mais, hoje os “animais de companhia” se integram como membros de fato das famílias humanas, não contemplando o direito de propriedade de um animal a possibilidade de, sem motivo legítimo, os proprietários ou terceiros lhe infligirem dor, sofrimento, ou quaisquer outros maus-tratos que resultem em **sofrimento injustificado, abandono ou morte.**

Na União Europeia a noção de dignidade dos animais foi especialmente expressa em 2007, do ponto de vista legislativo, no artigo 13.º do Tratado de Lisboa, que ao reconhecer a sua senciência, exige da parte dos Estados membros a garantia do seu bem-estar.

Incumbe efetivamente, aos Estados, dar o exemplo no respeito pela vida não humana, refletindo assim o desenvolvimento civilizacional e cultural, os novos valores éticos e, sobretudo, o novo quadro de conhecimento científico sobre os mesmos.

Neste enquadramento espera-se do legislador a proposta de medidas que visem o reconhecimento da dignidade dos animais, designadamente do seu direito à vida, à



integridade física psicológica e mental e à liberdade, e a sua proteção e salvaguarda face a atos de crueldade e maus tratos.

A nível nacional, a Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, é já sensível ao tema do bem-estar animal e, na sua esteira, vários diplomas legais foram aprovados relativos a animais não humanos. A criminalização dos maus-tratos a animais através da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, constitui, também, um elemento de especial relevância que demonstra que o legislador nacional está sensível às novas preocupações e valores éticos neste domínio.

A criminalização dos maus-tratos a animais de companhia não pode ter por efeito proibir apenas os maus-tratos aleatórios, efetuados por pessoas singulares, mas estende-se, naturalmente, **aos maus-tratos sistemáticos**, sofridos por animais de companhia e ao seu abate, incluindo, para o que ora interessa, em centros de acolhimento, o que está perfeitamente alinhado com o disposto na Resolução da Assembleia da República n.º 69/2011, a qual recomenda ao Governo uma nova política de controlo das populações de animais errantes baseada na promoção de uma política de não abate dos mesmos, tanto mais que os custos para o município de esterilizar um animal são bastante inferiores aos custos de o abater e incinerar.

O referido diploma recomenda ao Governo, entre outros pontos, que “preveja meios para que os centros de recolha oficiais possam realizar a esterilização dos animais errantes recolhidos, em especial dos não reclamados nos prazos legais”, “preveja que os animais a cargo de associações de proteção dos animais ou de detentores em incapacidade económica possam aceder a tratamentos médico-veterinários, nomeadamente a prática de esterilização, a preços simbólicos, nos centros de recolha oficiais” e “ promova a realização de programas RED (recolha, esterilização e devolução) em colónias de animais de rua estabilizadas.

Apenas mediante a proibição do abate como forma de controlo da população de animais e da promoção de condições condignas nos centros de recolha oficial, a criminalização de maus tratos a animais de companhia se tornará conseqüente, criando um nível de paridade entre as **obrigações exigidas a cada um dos membros da comunidade humana** e as **obrigações exigidas** do Estado e, designadamente, **dos municípios**.

Importa salientar, no que diz respeito ao centros de recolha oficial, que é



*Cláudia  
F. C. C. C.  
Caldas*

fundamental, desde logo, intensificar a fiscalização dos mesmos, muitos dos quais, **passados mais de 10 anos** da obrigação legal de licenciamento, **ainda não se encontram licenciados nem cumprem as normas de higiene e bem-estar animal** – sendo indiscutível que a **ausência de condições de bem-estar** nos centros de recolha oficial pode também configurar ou dar origem a maus-tratos a animais.

#### **Requisitos para centros de recolha**

Os centros de recolha devem cumprir o seguinte:

a) Ter um **espaço adequado** às necessidades fisiológicas e etológicas dos animais que alojam e criar **condições para exercício**, garantindo que os cães são **passados uma vez por dia ao ar livre** e têm condições para **correr livremente**;

b) Promover **boas práticas** de alimentação e abeberamento;

c) Promover a **constante observação** dos animais por pessoal formado e experimentado;

d) Criar **condições para sociabilização** dos animais que alojam, incluindo com outros animais e com humanos;

e) Não **separar os animais dos seus progenitores** antes de serem autónomos;

f) Promover **ações de sensibilização** para o **bem-estar** dos animais, a **adoção** responsável e a **esterilização** dos animais;

g) Permitir, no caso dos centros de recolha, a presença de **voluntários** para tratamento dos animais, desde que reúnam os requisitos constantes do presente diploma.

h) Promover o **tratamento** médico veterinário

i) Promover **condições de transporte** condignas

j) Promover a **contenção responsável** que não ponha em risco a integridade de quem manipula e do animal ou a suscetibilidade de quem observa.

A Câmara Municipal de Tondela, face ao novo enquadramento legal, tem um **longo caminho a percorrer** na melhoria da infraestrutura, na formação do pessoal adstrito ao serviço e na implementação das boas práticas que se exigem.

Estaremos sempre **disponíveis para auxiliar** no que seja necessário para que os cidadãos se orgulhem de pertencer a um Município que, atualizando-se, respeita a vida animal!

Terminamos com uma pergunta: **E agora?"**



*Abílio dos Santos*  
*Dr. Carlos Viegas*

O deputado Abílio dos Santos tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores deputados.

Antes de mais queria dizer que me sinto feliz pela pertinência da colocação deste ponto na ordem de trabalhos. Concordo a 100% com o que disse o Quim Santos e fiquei satisfeito pela explanação feita pelo Dr. Carlos Viegas. Sou um amigo dos animais. Fico triste por verificar que numa sociedade moderna ainda aconteceu as coisas mais esquisitas. Os animais ainda são violentamente assassinados. Há aqui muitos caçadores e que me perdoem, mas muitos quando acaba a época da caça e quando o cão já não lhe serve para nada, matam-nos ou colocam-nos em quintas próximas. Posso-vos dizer que na minha quinta já tive cerca de dez cães e soube que os colocavam lá dentro. Além da insensibilidade destas atitudes, estas pessoas tem de ser fortemente castigadas. Acho que a câmara tem um papel importante neste aspeto. Fiquei, esta semana, satisfeito por saber que a câmara terá mandado gatos para um veterinário, porque estavam doentes. É um bom princípio e penso que assim terá de ser em termos de futuro. Os meus parabéns ao Partido Socialista pelo tema introduzido na ordem de trabalhos. Também posso afirmar que quem gosta dos animais, gosta necessariamente dos pais. O que interessa é o amor.”

O deputado Joaquim Santos voltou ao debate:

“Senhores deputados como já perceberam, nós apenas quisemos lançar esta discussão sobre este tema. Não trouxemos nenhuma proposta, mas fizemos uma pergunta ao município: “E agora? “Sei que o município tem feito alguma coisa, mas como se diz tem sido muito pouco, de acordo com os testemunhos que ouvimos e que conhecem o canil. Tive o cuidado de falar com o vereador responsável, Dr. Miguel Rodrigues, e já lhe expliquei a minha opinião e inclusivamente lancei-lhe o desafio que a câmara municipal tinha de se associar a esta ambição. No ano passado ou no anterior havia, no orçamento, uma verba para o canil. Não a gastou. Não sei se seria suficiente, mas o desafio que aqui lanço ao senhor presidente é se no próximo orçamento serão incluídas verbas necessárias para um espaço digno e de respeito aos animais, não impedindo que até lá não seja feito qualquer coisa para melhorar o estado do canil.”



*Caral*  
*Am*  
*Caral*

A deputada Marina Leitão interveio:

“Boa tarde a todos.

Sempre me habituei a viver com cães. Pessoalmente, considero que foi uma proposta correta e que devemos refletir sobre ela. Mas, em primeiro lugar, quero deixar aqui a mensagem de que isto é uma responsabilidade das pessoas. Cada vez mais esta sociedade se está afastar daquilo que é a responsabilidade de cada um e a atirar para o estado e para as autarquias responsabilidade que correspondem a cada um. Isto incomoda-me. Sou do tempo, enquanto vereadora da câmara, em que não havia nada. Com o Dr. Florindo e a Rosalina fomos implementando o que lá está. Houve uma evolução e uma procura de responder. Agora, muitas destas questões de cães, tem a ver com modas. As pessoas habituaram-se a ter o seu animal, mas depois quando começa a incomodar há que despachar. Isto é o retrato daquilo que somos como pessoas. Isto entristece-me, porque revela egoísmo, indiferença e muitas vezes maus tratos. Acho que deveriam haver uma campanha de forma a sensibilizar as pessoas das suas responsabilidades. Não devemos desresponsabilizar as pessoas. Penso que a Rosalina foi inovadora ao tentar arranjar um grupo de amigos voluntários para passear os cães. Muito obrigado”

O deputado Alfredo Cabral continuou:

“Em primeiro lugar, quero felicitar ao PS por ter levantado esta questão. Em segundo, elogiar a intervenção do Dr. Carlos Viegas. Em terceiro lugar e o mais importante é a mudança de preconceitos. Quando mudarmos os preconceitos, certamente as coisas mudam.”

O deputado Felisberto Figueiredo interveio:

“Aplaudo a iniciativa do Partido Socialista e gostei muito de ouvir o Dr. Carlos Viegas na sua intervenção. Julgo que isto é uma questão ecológica. Para além da sensibilidade que devemos ter, em relação aos humanos e aos animais, devemos alargar a uma questão ecológica. Foi falado do stress dos animais, as plantas também tem stress e por isso muitas secam e morem. Se tivermos uma consciência ecológica relativamente ao planeta, aprenderemos a cuidar e tratar dos animais como devem ser tratados.”

O presidente da câmara tomou da palavra:



*Acord  
Santos  
Cachos*

“Dizia a parte final do filme, que a sociedade se avalia pela forma como são tratados os seus animais. Diria que como são tratados todos os seres humanos. Julgo que o sentido de dignidade é que está em causa.

Às questões que foram colocadas, julgo ser opinião comum que acima de tudo é uma questão de formação e de consciencialização das pessoas. Nesse quadro, interpreto o ponto hoje aqui trazido. Sobre as questões formais, a legislação já as define. Se já teve conversa com o senhor vereador do pelouro, ele já explicou a estratégia do município. O próprio está incumbido de apresentar um estudo sobre as soluções que são desejáveis. Existem soluções supramunicipais de recolha de animais.

O nosso canil municipal não está ainda nos parâmetros das imposições legais. Deverá está-lo ou teremos uma solução diferente que é recolha e transporte para um outro centro. É esse estudo que os serviços terão que apresentar para tomar decisões. Sem contudo dizer, que mesmo que fiquemos com o centro de recolha e depois dar sequência ao processo, nenhum será satisfatório se não houver uma consciência cívica das pessoas. O exemplo de prender quatro cães às grades do canil tornaram qualquer sistema por melhor que seja incapaz de dar resposta àquilo que a consciência humana não é capaz de dar. Entendo que a melhor política é a sensibilidade cívica que as pessoas devem ter em relação aqueles com quem coabitam. Está em curso o projeto de esterilização dos gatos.”

O deputado Joaquim Santos interveio:

“Senhor presidente não deve ter visto o início do filme. O filme diz que esta é a fase final de um problema que devemos evitar. Concordo com o que diz e já tive a oportunidade de dizer ao Dr. Miguel que é de louvar a ida às escolas. Mas, não vamos estar à espera que essas crianças cresçam, porque são décadas. Temos de fazer qualquer coisa de imediato para minimizar o sofrimento desses animais. Para além de haver uma sobrelocação do canil municipal, o senhor sabe perfeitamente que há muitos cães que foram para o aterro sanitário, que andam lá até acabar por morrer. Não tem? Então, alguém vai lá colocá-los. Temos de arranjar soluções. Obviamente que passa pela educação, não só das crianças, temos de educar os adultos e sensibilizá-los. Aproveitar, por exemplo, para nas férias fazer cartazes, por ser uma época de maior abandono. Cada um deve ser um potencial denunciante desse ato criminoso. Eu fá-lo-ei. Acho que cada



*Carlos*  
*Carlos*

um de nós deve ter essa consciência e coragem de denunciar quem não cumpre a lei. A lei já existe, para os canis municipais e ninguém cumpre. Compete a todos nós, à nossa formação cívica. Temos é de remediar isto de alguma maneira. Temos de ir até ao fim e tentar minimizar os efeitos de onde não houve educação suficiente gerada no início. O senhor presidente já me respondeu, mas foi uma meia resposta, se esse estudo que a câmara está a fazer estará em condições ou não de no próximo orçamento ser afetada uma verba para avançar com o projeto dessa dimensão. Como diz o final do filme, feito por uma jovem, Tondela não pode ser só de primeira no futebol. Muito obrigado.”

### **2.3. Análise discussão e votação da 3ª revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e dezasseis**

O presidente da câmara interveio:

“Esta revisão surge por força da adequação de alguns investimentos e do aprofundamento de alguns valores, nomeadamente na área do ambiente. Os projetos, quer da ampliação da ZIM do Lagedo, ETAR da Cortiçada, Saneamento para o Caramulo, e os que se pretende candidatar ao POSEUR, foram agora acomodados. Em alguns casos podemos estar a falar de dotações orçamentais em fase de aprovação do projeto base, que lançadas as empreitadas em concurso público os valores possam a ser inferiores. Mas no momento do lançamento da obra em concurso temos que acautelar a dotação orçamental.

Por outro lado, está um reforço de cem mil euros para a aquisição de carrinhas para transporte escolares.

Grosso modo estamos a falar de um reforço de oitocentos e cinquenta mil euros.”

Não havendo intervenção, a revisão foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Carlos Viegas, António Dinis, Jorge Henriques, Ana Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Baptista, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, João Pedro Marques, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Jorge Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António



*Carlos*  
*Carlos*

Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

#### **2.4. Análise, discussão e votação do ajustamento dos investimentos previstos no empréstimo de médio e longo prazo"**

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Como sabem temos em curso uma operação de empréstimo. Essa operação foi submetida a visto prévio do Tribunal de Contas. Daí resultaram algumas questões centradas com algumas cláusulas dos contratos, que estão em condições de ser respondidas.

Neste quadro, entendemos reafectar dentro do montante do empréstimo e sem em momento algum alterar os fins, mas acomodar o ajustamento financeiro.

Se se lembrarem, na operação inicial, tínhamos uma expressão financeira mais significativa no domínio da Zona Industrial de Tondela, 1 750 0000€. Pela candidatura que entretanto foi efetuada, no âmbito do mapeamento às Zonas de Acolhimento Empresarial, e na esperança que a mesma ter financiamento, tem sentido ajustar o empréstimo face a candidatura referida. Deste modo, reajustamos os valores, incidindo mais peso na Zona Industrial do Lagedo, que agora tem previsto 1 150 000€, que deve estar dentro dos parâmetros aceitáveis para os projetos que vamos colocar a concurso. Ajustamos o valor para aquisição de carrinhas, com um ligeiro reforço. E, as demais são pequenos ajustamentos.

Como é competência da assembleia municipal aprovar o fim a que se destina o investimento, por essa razão, propomos à assembleia este ajustamento dos valores em causa.”

O deputado Joaquim Santos interveio, de seguida:

“Seguindo a coerência que temos tido, iremos abster-nos neste ajustamento. Se as opções gestonárias aprovadas maioritariamente nesta assembleia tivessem levado a que um determinado investimento não tivesse sido feito, os recursos próprios do município



*Cláudio  
F. Cados*

permitiriam fazer algumas destas obras sem recorrer à operação de empréstimo desta dimensão. Por opções gestionárias se aplicou capitais noutros projetos, nos quais não concordamos, naturalmente, faltam capitais próprios para ter amplitude dos investimentos que o município quer ter.”

O deputado Felisberto Figueiredo continuou os trabalhos:

“Um pouco na linha do que dizia o senhor presidente, em relação ao investimento que a câmara possa fazer, logicamente tem de ir fazendo reajustamentos dos planos que são feitos. Relativamente ao empréstimo, considero que a câmara tem vindo a fazer uma boa gestão dos seus recursos e se ainda consegue junto da banca fazer um empréstimo para implementar e levar por diante a sua atividade, julgo que é um bom sinal. Penso que a situação é sustentável. A gestão que está a ser feita é uma gestão de procurar o melhor investimento para que o benefício do bem que é construído ou implementado e colocado ao serviço da sociedade possa ser o mais depressa possível. Quando se investe para o desenvolvimento do concelho para a melhoria das condições de conforto e de habitabilidade, julgo que é sempre um bom investimento. Por isso, nós apoiamos e incentivamos a iniciativa que a câmara está a levar a cabo.”

O deputado António Dinis interveio:

“Só para fazer declaração de voto do CDS/PP, que irá votar favoravelmente esta proposta de alteração, pese embora tínhamos votado absterido na contração de empréstimo. Não que concordemos com o empréstimo, porque como defendemos na altura não achamos correto ficar com o limite de endividamento praticamente alcançado. Hoje, tendo em conta que é uma pequena alteração de afetação das verbas, vamos votar favoravelmente.”

O deputado Manuel Veiga fez a sua declaração de voto:

“Vou abster-me. Por opções políticas, a câmara achou que deveria fazer um investimento, no sentido pelo qual não concordamos, dado que esse investimento foi feito dessa forma, houve necessidade de recorrer a empréstimo. Não é pelo investimento que está a ser feito, tem a ver com a anterior posição tomada.



*Carlos  
Cunha*

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação tendo sido aprovado por maioria com as abstenções dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Ana Rita Rosa, Jorge Batista, João Pedro Marques, Manuel Jorge Veiga e António Sérgio Almeida e os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, António Fernandes Pereira e José Manuel Mendes.

## **2.5. Análise, discussão e votação da execução do projeto prevista no PPI – “Construção/ Ampliação – Parque-ZIM Tondela”**

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Julgo estar bem explicito o preambulo. Sempre que uma obra tiver um volume de investimento superior a 10% da despesa de capital e essa obra recorrer a operação de empréstimo, a assembleia deve pronunciar-se. No caso em concreto, o valor para o projeto da ZIM são 2 250 000€, ultrapassa 10% das despesas de investimento que são 9 926 553€, logo face à alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, deverá ser submetida à Assembleia Municipal para discussão e autorização prévia, para efeitos do estabelecido na 2.ª parte do n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”

Não havendo intervenções, foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Carlos Viegas, António Dinis, Jorge Henriques, Ana Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Baptista, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, João Pedro Marques, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Jorge Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António



*Carlos  
Carlos*

Dias, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

## **2.6. Análise, discussão e votação da adesão à Associação Nacional de Assembleias**

Não havendo intervenções. Foi colocada a adesão à Associação Nacional de Assembleias à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Carlos Viegas, António Dinis, Jorge Henriques, Ana Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Baptista, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, João Pedro Marques, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Jorge Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

## **2.7. “Análise e parecer relativo à venda de terreno com a área aproximadamente de 115 000,00m<sup>2</sup>, localizado na Zona Industrial do Lajedo para localização de atividade industrial”**

O senhor presidente da câmara interveio:

“Em primeiro, agradeço à assembleia o facto de ter permitido a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos. A urgência e pertinência do ponto pretende-se com uma questão de julgo que com o texto de enquadramento está refletida.

É competência da câmara a venda de terrenos em zona industrial, de acordo com o regulamento aprovado, em reunião de câmara e posteriormente em 12 de fevereiro de 2008, onde é referido o valor de o m<sup>2</sup> e o período mínimo de localização do investimento. O executivo está em condições de vender para a instalação de uma unidade industrial. Contudo, está em causa um investimento de grande escala e por reservas está neste



*Acusado*  
*Acusado*

momento em fase de decisão. Está igualmente, a necessidade de um conforto, em que desta decisão não resulte qualquer constrangimento futuro, nomeadamente por parte de algumas forças políticas ou de algum movimento. Quem hoje investe, ter qualquer perturbação de não-aceitação é matéria para excluir a opção. Ninguém vai disputar a localização se isso lhe causar reservas do outro lado. Deste modo, entendi submeter à assembleia municipal nos termos que aqui está refletido, para que a mesma se pronuncie na venda de um lote com aproximadamente 115 000m<sup>2</sup> ao preço unitário de 2,5€, que é precisamente o preço que praticamente todos os lotes industriais foram comprados. É nestes termos e depois de um ano de trabalho, julgo que é um conforto importante que a assembleia municipal subscrevesse este desejo da realização deste investimento. Muito obrigado.”

O deputado António Dinis tomou da palavra, de seguida:

“Em relação a este ponto, felicito o executivo e pela tomada de decisão de trazer este documento e esta intenção de captar investimento para o nosso concelho. É com isto que se desenvolvem os territórios, com investimento. Se for investimento estrangeiro, todos nós ansiamos e necessitamos. Fico satisfeito por verificar que existe uma intenção. Oxalá se concretize e ficamos todos a desejar que tal aconteça. O CDS/PP está a esse propósito completamente associado aquilo que é intenção e portanto terá a nossa concordância total e o nosso empenhamento.”

O deputado Joaquim Santos interveio:

“Senhor presidente, gostaria se fosse possível qual o motivo que essa potencial empresa necessita do conforto da assembleia municipal. Isto é muito estranho e tanto é estranho que no documento que nos foi distribuído, no ponto 5 diz assim: “Todas as indústrias a instalar na zona industrial devem efetuar um pré tratamento de efluentes produzidos antes de o lançar na rede geral de esgotos da zona industrial municipal, quando aquelas pelas suas características quantitativas sejam sucessíveis de prejudicar o bom funcionamento e manutenção da rede de coletores e da estação de águas residuais. Ponto 6- As empresas a instalar são responsáveis por dar destino adequado aos resíduos industriais que produzam, podendo acordar a sua recolha, transporte, armazenagem e eliminação com a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão ou outra



*Carlos*

operadora que estiver concessionado a recolha de resíduos do concelho. 7- As indústrias a instalar que pela sua natureza e atividade possam provocar emissão de poluentes ficam obrigadas a minimizar esse efeito recorrendo à utilização de tecnologias limpas e ao controlo de resíduos respeitantes os limites legais de emissão de substâncias poluentes.” Ora bem, mediante isto começo a compreender porque é que essa empresa se sente mais confortável se essa votação seja realizada. Senhor presidente quero que me explique o que está escrito e realmente se for assim, não passo cheques em branco a ninguém, não vamos trazer para Tondela uma indústria que talvez outros concelhos não a querem. Essas são as minhas dúvidas. Se o senhor presidente me convencer do contrário, que obviamente votarei a favor.”

Seguidamente, o deputado Manuel Veiga interveio:

“Aquilo que se está a pedir e diga-me se estou enganado, é a possibilidade de se vender um terreno a uma determinada empresa aquele valor? Não me estão a pedir para concordar com um ramo que a seguir não concorde com ele. Uma coisa é dizer se estamos de acordo com a disponibilização de um terreno para investimento. Sem conhecer o investimento é muito difícil dizer que é para aquele investimento ou aquela atividade. Não sei do que estamos a falar e se calhar nesta altura não terei de saber. Se o grupo se sentir mais confrontável com a disponibilidade da venda do terreno. Agora que depois não haja outros movimentos mediante o que é o ramo de atividade. Isso já não é garantível nesta assembleia.”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“Vou começar pelos pontos 5, 6 e 7 do regulamento, que tive o cuidado de trazer aqui, para vos dizer que se tivesse alguma reserva ou desconfiança do investimento em causa, não teria deixado de pensar que esse investimento colidiria com aquilo que são as nossas normas. Qualquer que seja o investimento não é desejável que seja poluente, que não trate previamente os seus efluentes, resulta das suas obrigações legais. Qualquer unidade industrial ou comercial que tenha mais de cem litros diários de resíduos tem de ter uma entidade externa que lhe faça essa recolha. Não existe em momento algum questões dessa natureza. Não coloquem o problema onde ele não existe.



*Claudio  
Bris  
Cados*

Este investimento é um investimento disputado por vários territórios e a empresa não tem dificuldades em fazer opções. Se sentir que em determinado território há um desejo que esse investimento ocorra. Que a venda de um terreno a este preço não é um problema, isto ajuda a tomada de decisão. Se ir para determinado local, onde lhe propõe um preço baixo e isso possa gerar uma ou outra voz discordante, para uma empresa que tem este prestígio, ir para um local onde alguém questiona se o preço é barato ou caro, é matéria de reserva.

Jamais tomaria uma opção de captura de investimento, se tivesse a precessão que a área desse investimento é suscetível de gerar um conflito ambiental. Estamos a falar de setores idênticos a outros que existem no território. Temos clusters fortes que são os sectores: alimentares, automóvel e farmacêutico. O município tem instrumentos para tomar esta decisão. Do outro lado só pergunta se quando coloca estas condições de venda se há algum problema. O que está em causa é um conforto para que o investidor não sinta que há alguma perturbação ou hesitação por parte do município sobre aquela proposta. Não desperdicem o que é proposto. Foi um grande esforço da minha parte. ”

O deputado Jorge Batista tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara. Minhas senhoras, meus senhores.

O senhor presidente da câmara acabou de responder, aquilo que queria ter perguntado antes. Já compreendi que não é conveniente revelar a identidade da empresa, o que é compreensível. Era para lhe perguntar qual era o ramo de atividade, mas respondeu quando disse que dentro do setor alimentar, automóvel ou farmacêutico. Isso quando a mim, basta-me para votar favoravelmente. Quanto aos pontos 5, 6 e 7, nem era necessário mencioná-los, porque na indústria farmacêutica ou alimentar tem de ter todos os cuidados. A indústria automóvel, os clientes obrigam-nos a estar certificados com as normas do meio ambiente. Portanto, isto não era necessário estar aqui, ao estar suscita dúvidas que são legítimas. Mas é para isto que aqui estamos para conversar e do meu ponto de vista não necessito de mais nada. Muito obrigado.”

O deputado Joaquim Santos continuou:



*João Carlos*

“Senhor presidente começou por dizer que a empresa queria uma carta de conforto da assembleia. Se for por causa do preço e se for um investimento sério, por nós até o pode dar gratuitamente. O problema são estas duas páginas que vem aqui. Votaremos favoravelmente em relação á primeira e segunda página.

Alguém se lembra de ter aprovado aqui alguma autorização para que a câmara fazer o que fez acerca do problema das Águas do Planalto? Não. Mas isso foi discutido na câmara municipal e até foi lá dito como já disse várias vezes que os preços só seriam aumentados com a autorização dos próprios municípios. Depois qual foi o resultado disso? Foi precisamente o contrário. Esses documentos fazem-se de conta que nem existem. É por isso que eu ou qualquer um dos senhores que vote, o vosso nome vai ficar na ata a dizer que votaram a favor ou contra. O problema que vejo aqui será um problema ideológico, por ser uma questão de ser a 2,5€ ou não. Pode ser grátis, senhor presidente. Por mim, manifesto que se eles se comprometerem a fazer este investimento de trinta milhões de euros no concelho e a criar centenas de postos de trabalho, conte com o nosso apoio. Vamos votar a favor, mas esquecendo o que vem em anexo, sendo ou não regulamento da câmara. Em 2008 não estava cá para votar isto. Se tiver que me manifestar, manifestar-me-ei. Muito obrigado”

O senhor presidente da câmara explicitou:

“Para não haver dúvidas, não estamos a votar nenhum regulamento. Isto já existe. O que está em causa neste ponto, é se a assembleia tem um entendimento de conforto à opção que o presidente da câmara há-de levar à reunião de câmara de uma proposta formal de venda de um lote designado com x metros quadrados à empresa y pelo preço z. O que veio em anexo é para lembrar a todos as condições que estão sujeitas quaisquer indústrias que se instalem no nosso concelho. O que está aqui em causa é perante estas duas páginas que tem a minha assinatura, em que proponho que a assembleia tenha o conforto de apoiar a venda de um terreno nestas condições para um investimento desta natureza.

O deputado Manuel Veiga interveio:

“Não me incomoda de todo estes pontos que aqui estão. Vejo como um reforço áquilo que está instituído. Acho muito bem que até esteja reforçado. A dúvida é em



*Carlos*

relação ao preço, a custo zero obviamente que não. A minha dúvida é se tem sido esse preço praticado? Estamos a inflacionar demais o preço? Não estive anteriormente. Já entendi a questão do conforto da empresa. Para votar em consciência necessito que me seja esclarecida as minhas dúvidas em relação em preço. Quanto ao resto, não me incomoda, porque mal feito fora se as empresas não cumprem as questões ambientais.”

O deputado Jorge Henriques tomou da palavra:

“O ponto é claro. O senhor presidente está de parabéns. Era bom que o investimento se concretiza-se.”

O presidente da câmara interveio, de seguida:

“Às perguntas formuladas, o preço do mercado é o preço da oportunidade. Há municípios que tem preços de terrenos a 0,01€, 0,50€, outros oferecidos, outros a 2,5€ como é o nosso caso, e outros a 10€. Há de tudo. Na área envolvente, o nosso preço está acima da média, porque em muitos casos há oferta de terrenos. Tive o cuidado de dizer nas atividades da câmara, que no quadro dos fundos comunitários isto não é possível. Se a memória não me atraiçoar, penso que a avaliação que tenho para vender os terrenos naqueles cinco lotes que vimos há pouco, são de 8,76€, aí já sei qual é o valor que vou ter de vender, porque se forem constituídos com fundos comunitários têm de ser colocado a preço de custo. Neste caso, não estamos obrigados a esse preço de custo por ser um investimento feito com capitais próprios, não tem fundos comunitários. Vamos aplicar o mesmo preço que temos aplicado nos demais casos, exceto no caso da Brose. O nosso preço é este e nas mesmas condições. Neste caso em disputa, há municípios que estão a propor preços de 0,50€ e outros praticamente oferecidos. Entendo que devemos ter um equilíbrio, de coerência com o investimento feito até agora. Note-se que estamos a comprar terrenos a variarem entre 3€, 2,5€ e 2€. Depois temos de adicionar os custos de infraestruturas. Não estamos a fazer uma venda a preço de custo. Estamos abaixo do custo. Por essa razão a empresa no tal confronto que quer, questionam se é consensual. Nos anteriores investimentos posso até dizer que houve terrenos que foram comprados mais caros do que hoje estamos a comprar. Estou com muitas reuniões, com muito trabalho, mas estou a conseguir preços mais baixos. Se o documento anexo é perturbador,



*Carlos*  
*Carlos*

podem retirá-lo. Não me faz diferença. Só o quis trazer, por excesso de zelo, que as condições de instalação de qualquer unidade tem de respeitar isto que aqui está.”

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Carlos Viegas, António Dinis, Jorge Henriques, Ana Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Baptista, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, João Pedro Marques, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Jorge Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

## **2.8 Outros assuntos de interesse para o Concelho**

Iniciou o ponto, o deputado Jorge Marques:

“ Há pouco na minha intervenção, esqueci-me de fazer referência ao falecimento do Cónego José Ribeiro. Queria associar-me ao documento que apresentou o António Ferreira. Tive o privilégio de o conhecer melhor nestes últimos anos, apesar de ter sido vizinho dos pais durante muitas décadas. Só o conheci quando regressou à sua terra natal. Tive a oportunidade de partilhar e granjear alguma amizade até à hora da sua morte. Deixo aqui a homenagem de Campo de Besteiros.”

A deputada Vera Machado interveio. (anexo 10)

O deputado Joaquim Santos tomou da palavra:

“Não conheço nenhuma intenção do governo nesse sentido. Pode existir, mas nunca me pronunciarei sem ler um parecer técnico bem feito.

Nos anos 80, foi discutido na assembleia municipal de Tondela, no Salão Nobre, a questão do fecho da maternidade de Tondela. Todos nos opusemos ao fecho da maternidade. Visto a esta distância, com certeza a senhora ministra Leonor Beleza era capaz de ter razão. Com a saúde das crianças não se brinca. É preferível uma criança ser tratada em Coimbra e ser bem tratada, do que não lhe serem garantidas todas e as melhores condições noutra sítio qualquer. O Hospital Pediátrico de Coimbra é um hospital de



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 27-06-2016

*Carlos  
Viegas  
Caldas*

referência a nível europeu. Não me vou pronunciar sobre isso, abster-me-ei nessa votação. Se houver realmente essa vontade e que essa vontade injustificadamente prejudique o Centro Hospital Tondela Viseu, cá estarei na luta. Como já o fiz noutras altura e os senhores ficaram calados e votaram contra, quando foi a questão da radioterapia em Viseu. Somos coerentes e seremos coerentes. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenção, a moção apresentada pela deputada Vera Machado foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Ana Rita Rosa, Jorge Batista e António Sérgio Almeida e os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, António Dinis, Vera Machado, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, João Pedro Marques, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, António Fernandes Pereira e José Manuel Mendes.

O deputado Felisberto Figueiredo expressou a sua declaração de voto:

“Concordando com os argumentos que o Joaquim Santos, aqui, apresentou e de alguma forma estive quase tentado a abster-me. Mas, votei favoravelmente, porque sabemos que o nosso Centro Hospitalar em muitas das situações mais complicadas, envia o paciente para Coimbra. Acredito que na área da pediatria isso também aconteça. Por isso votei favoravelmente a moção, acreditando que a saúde das minhas netas, que se tiverem necessidade de recorrer ao Centro Hospitalar serão devidamente tratadas.”

A deputada Vera Machada clarificou que o assunto está em discussão pública e que a assembleia municipal deve contribuir da forma que atende.

O presidente da câmara disse que o que estava em causa não era a diferenciação dos serviços. Que situações graves terão diferenciação, como é o caso da cardiologia. O que está em causa é saber se um serviço que tem dois pediatras cirurgiões em permanência pode ser ou não um serviço permanente para a região. Disse, também, que na radioterapia tudo se espera pela decisão.



*Carvalho  
João  
Cados*

### **3-Período aberto ao Público**

Neste ponto, interveio o senhor Paulo Carvalho. (anexo 11)

De seguida, interveio o senhor Joaquim Marques (anexo 12)

O presidente da câmara respondeu:

“Registei as intervenções. Em relação à intervenção do senhor Paulo Carvalho, em 3 de maio de 2016 teria enviado um email, que está para análise dos serviços. Após isso, com um familiar, presidente de junta, teríamos abordado essa situação. Sei dessa pretensão, está em causa é a avaliação dos serviços técnicos. No caso, não está em concreto a colocação de rotundas, porque estão duas, entre a Seixosa e a bombas da Avia. É no meio desse troço que se coloca a questão. Não por falta de sinalização vertical, está lá o sinal, mas por falta de cumprimento para o respeito do limite de velocidade. Está em avaliação, não como refere a colocação de passadeiras com elevação, devido ao constrangimento que disso resulta, mas eventualmente outra solução, como seja pintura cromática ou outra solução dada pelos serviços técnicos.

O senhor Joaquim Marques colocou algumas questões. Penso já ter tido algumas conversas com o senhor presidente da junta sobre algumas questões, outras não são do nosso conhecimento. A questão da boca-de-incêndio tombada, transmitirei o assunto para as Águas do Planalto. Sobre as valetas de saneamento, iniciamos em 2015 uma grande obra de água e saneamento ao Caramulo. a empresa teve vários atrasos, o que nos levou a rescindir o contrato em novembro. Está neste momento novo concurso para ser lançado. Mas, o que é um facto é que principalmente do lado direito, para quem sobe, as valas estão abertas. Apesar de nós termos adjudicado a colocação de tout-venant, no inverno bastou vir chuva com intensidade, as valas voltaram a abrir. Independentemente da operação que irá decorrer, do novo concurso de abastecimento ao Caramulo, em conversa com o senhor presidente da junta, articulamos que iremos abrir um procedimento para saneamento só nessas ruas, onde estão abertas as valas, para que ainda durante o verão, sejam repavimentadas, ainda que saia da candidatura. Não era o que se estava a referir?

Em relação aos pinhais, foram feitas essas limpezas no âmbito da rede primária. Neste momento, não há financiamento disponível para essa situação.



Assembleia Municipal de Tondela

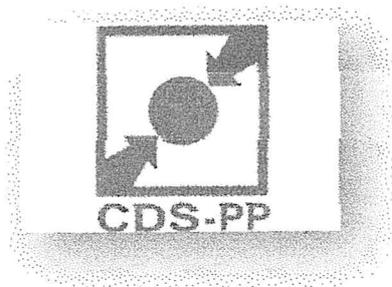
Sessão Ordinária de 27-06-2016

As demais questões tomei nota para fazer a devida articulação.”

O Presidente: Carlos Correia

O 1º Secretário: Filipe Dias

O 2º Secretário: Carlos Manuel Martins Sousa



anexo 1  
CDS-PP  
Srs  
Carlos

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 27 de junho de 2016**

Exmo sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Sr. Presidente da Câmara, Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Comunicação Social e Público Presente:

### **INVESTIMENTOS DE FUNDOS COMUNITÁRIOS NO CONCELHO**

A Europa prepara-se para entrar no desconhecido com o BREXIT e a opção legítima e democrática do povo do Reino Unido pela saída da União Europeia. Novos tempos de incerteza aproximam-se dos países membros da UE, trazendo à tona medos antigos e problemas nunca antes resolvidos e tantas vezes adiados. Nos diferentes estados os nacionalismos irracionais e os partidos populistas ganham terreno face aos partidos tradicionais e estruturais das nossas democracias. No dia 23 de junho foi no Reino Unido, agora fala-se que outros podem seguir caminho idêntico, pondo em causa um processo de construção de uma Europa Social e economicamente justa e agregadora que foi desenvolvido ao longo de tantos anos.

Eu estou preocupado com o futuro da Europa. Portugal e o nosso concelho precisam de fundos comunitários para prosseguirem o seu desenvolvimento. Em projetos sustentáveis, equilibrados, necessários e justificáveis, que sirvam para potenciar a criação de riqueza e a melhoria das condições de vida das nossas populações.

Foi por isso que ficámos muito aborrecidos pelo facto de o executivo ter desperdiçado quase um milhão e meio de euros já atribuído às termas de Sangemil. Esse valor foi para “Overbooking” que outros territórios aproveitaram. Mau para o nosso concelho. E o quando nos lembramos de ouvir o Sr. Presidente afirmar que queria aproveitar o “Overbooking” deixado por outros municípios para fazer as obras de acesso ao Estádio, melhor percebemos que afinal não aproveitámos “Overbooking” de ninguém, antes demos “Overbookings” para os outros.

**Mau, muito mau para o nosso concelho.**

Recentemente vieram a público os valores aprovados para os quatro Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) no distrito. Viseu conseguiu aprovar projectos no montante total de 14 milhões de euros; Lamego conseguiu garantir para o seu território 11 milhões de euros; Mangualde conseguiu quase 6 milhões de euros. E Tondela, quanto conseguiu negociar e trazer para o nosso território? Considerando a dimensão do nosso concelho e as necessidades ainda por satisfazer na nossa cidade, seria expectável e desejável um valor idêntico ao de Lamego. Ou na pior das hipóteses, superior ao de Mangualde. Mas não. Tondela conseguiu apenas QUATRO milhões de euros. Quatro milhões de euros, quase um terço do valor de Lamego.

**Que explicações tem o Sr. Presidente da Câmara para dar a esta assembleia e aos nossos munícipes? Qual o poder reivindicativo perante as instituições decisoras? Noutros tempos, ninguém nos calaria.** Iriamos lutar por um tratamento justo e equilibrado e nunca aceitaríamos ficar com menos fundos do que Lamego e muito menos Mangualde. Tempos novos, de inércia e paralisia perante as decisões que nos penalizam. Falta força política e capacidade de lutar nos fóruns onde se decide tudo. Outros teriam dado um murro na mesa a exigir respeito pelas nossas populações. Mas agora vivemos tempos novos.

Sr. Presidente da Assembleia:

### **PREÇO DA ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS NO NOSSO CONCELHO**

Podíamos vir a esta Assembleia apresentar uma nova moção para defender a redução dos encargos suportados pelas famílias e empresas do nosso concelho na fatura da água, do saneamento e dos resíduos sólidos. O CDS/PP fê-lo há quase dois anos atrás e essa moção foi rejeitada por esta Assembleia. Mas houve o compromisso por parte de Sr. Presidente de trazer a esta Assembleia um Regulamento que permitisse, pelo menos às famílias mais carenciadas, uma redução dos seus encargos mensais com esta fatura.

A mais alta do distrito, e das mais altas a nível nacional, como todos sabemos.

Hoje verificamos que mais uma vez o assunto não veio a esta assembleia. **Por isso, quero desde já dizer-lhe que trataremos nova moção para redução dos encargos das nossas famílias e empresas na Assembleia de setembro.** Não queremos deixar mal os senhores presidentes de junta do PSD, mas a paciência tem limites. E não é demagogia do CDS/PP. Estava no nosso programa eleitoral e vamos manter esta luta. É a nossa obrigação perante aqueles que votaram em nós.

*Cláudio  
dos  
Caldas*

Sr. Presidente da Assembleia:

## **PATRIMÓNIO DE ARTE RUPESTRE EM VILAR DE BESTEIROS**

No ano de 2008, no lugar de Fial, também conhecido como Monte dos Fiais, na freguesia de Vilar de Besteiros, teve larga divulgação a descoberta arqueológica de um painel de gravuras rupestres do nosso passado remoto, cuja origem se situará no Período do Calcolítico e do Bronze Inicial (do III milénio ao II milénio a.C.). As gravuras foram encontradas pelo Sr. António Ferreira que as manteve em segredo durante 15 anos. As gravuras só seriam identificadas e dadas a conhecer algum tempo depois e posteriormente, seriam confirmadas por um especialista do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

A estação das gravuras ao ar livre representará o culto da fecundidade, com recurso à figuração esquematizada humana e serpentiforme, assim como à simbologia geométrica num contexto de postura de crença espiritual. Deste modo, permite-nos ainda conhecer o universo simbólico, ritual e mítico desta cultura ancestral agro-pastoril. Esta estação de gravuras constituiria, eventualmente, um santuário sagrado devido à sua morfologia direcionada para o nascente, o que prova, em parte, o culto solar a que os ancestrais podiam ter acesso, logo nas primeiras horas do dia, e no qual seriam depositadas variadas tipologias de peças votivas, como vasos de cerâmica, pondo por vezes a erosão vários fragmentos a descoberto.

Desde então, todavia, esta manifestação artística de carácter mágico-religioso da proto-história, de excepcional valor científico e histórico do património cultural português, está num processo de acelerada degradação e corre o risco de se tornar irreversível. A inclinação do afloramento granítico, que serve de suporte às gravuras, faz com que o escoamento da precipitação seja encaminhado para cima do achado arqueológico, sendo por isso inaceitável o seu estado de abandono e de futuro incerto em que permanece.

Tal como obriga a legislação prevista na Lei de Bases do Património Cultural e restantes normativos em vigor, é um dever definir e cumprir as necessárias políticas e estratégias nas áreas de proteção, investigação, valorização e fruição pública do património, assim como assegurar a sua transmissão às gerações futuras.

Por tudo isto, urge assumir-se a responsabilidade de salvaguardar e valorizar este valioso legado singular de referência identitária e que constitui um documento extremamente importante não só em termos da arte do noroeste peninsular, como inclusive da arte da Europa Atlântica.

O CDS/PP espera que o município diligencie e coloque os meios e os recursos necessários para que este património não se perca nos horizontes da memória.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 27 de junho de 2016

### REQUERIMENTO

Ao abrigo da legislação em vigor e do regimento da Assembleia Municipal, venho requerer a V.Exa que solicite ao Executivo Autárquico de Tondela o envio da seguinte informação para o membro da AM do CDS/PP António Dinis Marques:

- 1 – Valores totais de receitas e despesas das Termas de Sangemil nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.
- 2 – Valores totais de curistas e clientes das termas de Sangemil, bem como as Estatísticas da ATP contendo os valores arrecadados por cada unidade termal nacional, relativas aos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 (estes dados são enviados todos os anos pela ATP aos municípios associados).
- 3 – *Identificação dos recursos humanos que trabalham nas termas (cópia do balanço social enviado à SS), com a indicação da entidade contratante e das datas de admissão.*
- 4 – Documentação justificativa da tomada de decisão relativa à seleção da entidade que explora as termas do ponto de vista de recursos humanos.
- 5 – Documentação (atas e outros documentos) onde estejam contidas as decisões de não avançar com os projetos PROVERE no montante total de 1,48 milhões de euros (incluindo a decisão da TONDELVIVA em não avançar com a requalificação do balneário no valor de 1 milhão de euros).
- 6 – *Quais os projetos e investimentos a implementar nos anos de 2016 e 2017 nas Termas de Sangemil?*

012203  
1  
Cristiana  
Carlos

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.**

Não poderia deixar de começar a minha intervenção que vinha já a tomar uma determinada direção por um acontecimento que chega quentinho e a estalar, e que reforça o sentido que já queria aqui, hoje, manifestar: as eleições em Espanha.

Pois é...A derrota dos radicais do “Podemos” e a vitória do PP mostram que a Europa não está condenada a sucumbir ao canto da sereia das esquerdas radicais!

Estamos por isso atentos...a estes factos!

Tenho para mim a mais firme convicção de que em Portugal se tivéssemos ido a votos novamente também teríamos tido um reforço na coligação que ganhou as eleições....

E portanto com o mesmo entusiasmo com que Catarina Martins proclamava horas antes das eleições em Espanha que: “Estamos só a começar” podia ter vindo agora anunciar o tremendo balde de água fria que a esquerda no geral e o Bloco de Esquerda em particular levaram!

O sonho da esquerda radical de ultrapassar a esquerda moderada é perverso e não só não se materializou como retirou aos socialistas

2  
*Acad*  
*Jo*  
*Carlos*

espanhóis pujança e vitalidade traduzida em menos votos e menos deputados.

Esta vitória do PP em Espanha parece ser também um sinal claro e evidente de que os eleitores começam a perceber **que o seu voto não é apenas uma arma de protesto e que pode antes ter pesadas consequências para as suas vida e do seu país!**

A este resultado acresce outro que o precedeu e que certamente não lhe foi indiferente: o referendo do Brexit que certamente também contribuiu para esta tomada de consciência coletiva que julgo em crescente.

Doravante as eleições não serão as mesmas é pelo menos a minha convicção!

As birras pagam-se por isso caro...E os arrependimentos não colhem em processos irreversíveis...nem sempre há uma segunda oportunidade!

Pode ser que estas loucuras tenham ajudado os eleitores a perceber o custo da irresponsabilidade e sobretudo a diferença entre os discursos utópicos e as verdadeiras exigências da governação com responsabilidade.

Pode ser que tenhamos todos simplesmente percebido que não se pode deixar o futuro nas mãos de quem não ganha sequer eleições!

O vento começa a mudar de direção!

E por cá tenho o mesmo pressentimento...

Temos um mau governo...um governo que não ganhou eleições e que teima em engordar o estado que o quer mais “cheiinho” e “rosadinho” para demonstrar a todos o quanto cresceu!

Um governo que quer um Estado controlador ao invés de regulador, que persegue o setor privado.

Que considera os funcionários públicos como trabalhadores de primeira e os trabalhadores do setor privado como trabalhadores de segunda.

Veja-me o exemplo das 35 horas de trabalho....

Poderiam aliás ser várias as temáticas que aqui podia introduzir para ilustrar a minha afirmação mas refiro uma: a partir de janeiro de 2017 as unidades do serviço nacional de saúde ficam inibidas de passar cheques-cirurgia para o privado e setor social.

Sendo certo que os hospitais públicos têm inscritos na lista para cirurgia cerca de 200 000 utentes, que terão de ser operados, então, no serviço nacional de saúde.

E será de facto o serviço nacional de saúde capaz?

A resposta procurei-a fundamentar na opinião escrita de diversos interlocutores da saúde que admitem que *grosso modo* não acreditam que exista capacidade instalada, que seria necessário que os hospitais tivessem autonomia para contratação e capacidade financeira para equipamentos.



Que admitem que o que se pretende é que o cidadão seja atendido rapidamente e com qualidade e que esta situação já se experimentou no passado e que não só não resolveu o problema como ao fim de algum tempo as listas de espera começaram a aumentar.

Quando reconhecem que se olha para o envelhecimento da população e para uma medicina mais interventiva, e reconhecem que a tendência é haver mais cirurgias.

Que não vislumbram por isso que se garanta que os utentes terão acesso ao tempo de espera correto...

Mas havia algum alarme social sobre esta situação?

Qual é problema dos hospitais privados e sociais poderem ter o seu espaço?

Também não são eles geradores de emprego, impulsionadores da economia!

Estes senhores não entendem que o que o cidadão quer é um estado que cumpra as suas funções o que não se confunde sempre com a sua execução em todos os domínios, certo?

Este governo quer que tudo seja público?

Também haverá advogados públicos senhor primeiro-ministro?

Então se quer que tudo seja público porque não acredita nos seus próprios recursos, nos seus juristas públicos e paga aos advogados privados? (E contra mim falo, claro está?)



Será que aqui reconhece as suas limitações?

Por fim e não menos importante e preocupante uma palavra sobre a Caixa Geral de Depósitos com votos que não seja ela própria uma caixa de pandora para todos nós!

Aqui sim queremos e temos o direito de saber, num banco que é público, se há problemas que justifiquem a injeção de quatro ou cinco mil milhões para podermos democraticamente discutir e para termos uma palavra a dizer em tempo útil e não depois do facto consumado”, como afirmou Maria Luís Albuquerque o que subscrevemos.

Mas será que vem algum mal ao mundo para o PSD querer conhecer os motivos do Governo para injetar tão avultadas quantias na Caixa Geral de Depósitos, senhor Primeiro-Ministro?

Queremos e temos o direito a uma opinião senhor primeiro-ministro!

Ou receia a opinião pública dos portugueses e aqui já prefere que tudo se mantenha na esfera privada da geringonça que conduz?

Acautele-se porque a fatura pode ser demasiado cara para todos nós senhor primeiro-ministro incluindo para si e para os seus parceiros queridos!

Senhor:

Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Membros da Mesa, senhores e senhoras membros desta assembleia, comunicação social, todos os demais presentes.

**A evolução da situação política nacional e as recomendações da missão de avaliação pós resgate, conjugadas com a possibilidade de estarem em causa possíveis sanções a Portugal por défice excessivo apresenta-se-nos como um quadro que muito nos deve preocupar.**

**Desde fevereiro que o ritmo de recuperação da nossa economia não tem vindo a corresponder às expectativas, aumentando, desse modo os riscos descendentes à previsão orçamental, e levando, também a que as condições de financiamento à economia se agravem. É notório o abrandamento do nível de desenvolvimento económico.**

Ainda há poucos dias, o INE apresentou o défice público português do primeiro trimestre que foi de 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB), bastante acima, portanto, da posição de 2,2% que o governo tem para este ano, o que evidencia dificuldades para atingir as metas que o próprio governo definiu.

A missão que visitou Portugal **aponta para um défice perto dos 3% do PIB e afirma que o ajustamento estrutural subjacente “reflete um esforço de consolidação insuficiente**

Sobre isso, a Comissão Europeia, e até a Alemanha vêm alertando para “, segundo os dados da contas públicas” **incertezas muito significativas para o resto do ano, no domínio do controlo do défice”**.

Os riscos possíveis para essa dificuldade advêm das políticas do governo de António Costa, torpedeado pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP do qual se encontra totalmente dependente e manietado. Porque aposta no discurso fácil e populista <sup>e de maçoço</sup> e na imagem em detrimento do empenho na concretização de reformas estruturais essenciais para o país e para a prosperidade e o desenvolvimento da economia. Apostam em caminhos de mera alteração de imagem, de destruição do que foi realizado e do aumento da despesa pública, hipotecando o futuro de todos os portugueses.

No sentido da alteração dessas políticas é fundamental a **“continuação das reformas de gestão das finanças públicas e uma revisão exaustiva da despesa pública, para controlar a despesa e conter os riscos orçamentais”**.

A este governo do PS, B.E. e PCP, que se comprometeu a cumprir as regras orçamentais europeias, as entidades acima referidas apontam que **“para cumprir esse objetivo, o esforço para reduzir o défice orçamental estrutural deve ser**



**intensificado”** e que, para garantir uma trajetória descendente, **continuam a ser necessários mais esforços de consolidação.**

**Afinal este executiv<sup>o</sup>, apesar de continuamente apregoar o contrario, parece ter de aplicar receitas mais duras, já depois de terem, na sua versão, hipoteticamente, acabado com a AUSTERIDADE. Enquanto estávamos em crise era aceitável. Mas agora que já tinham acabado com a austeridade será para continuar? Ou só lhe mudaram o nome??**

**A atividade económica, esperamos sinceramente, deve “recuperar” nos próximos meses, até pelo incremento próprio da época de Verão, suportada, sobretudo no crescimento do consumo privado.**

As medidas políticas de devolução de rendimentos podem, nesta primeira fase, aumentar o consumo privado mas não serão baluarte de crescimento durante muitos meses, o que se refletirá num abrandamento do mesmo consumo e da economia.

GRAVE, TAMBÉM, é o facto de *as exportações virem* apresentando uma descida de nível nos últimos meses, e continuarem a contribuir para o PIB, abaixo do que vinha sendo usual.

As duas entidades defendem que as **reformas laborais que foram tomadas durante o programa de ajustamento “devem ser preservadas”** e frisaram os impactos na competitividade e os **“potenciais custos orçamentais” da reversão das privatizações e das concessões dos transportes públicos.**

**Quando saberemos quanto nos custarão a reversão da TAP, dos transportes, etc?**

Sobre a banca, a missão afirma apenas que a **consolidação do setor bancário “ainda está por alcançar**, uma vez que os altos níveis de exposição ao malparado continuam a pesar negativamente no capital e produtividade dos bancos”.

*A nós parece-nos que esse mundo da banca é um pântano onde Portugal se afunda cada vez mais e onde continua a enterrar o suor dos portugueses.*

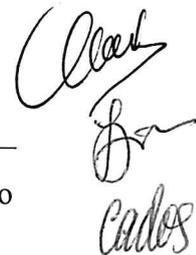
**“Embora uma série de medidas políticas tenham sido tomadas nos últimos anos destinadas a diminuir o endividamento empresarial, ainda é necessária uma abordagem mais ambiciosa para reestruturar” o malparado das empresas, que poderia “melhorar as condições para produzir investimento e aumentar a resiliência do sistema bancário como um todo”.**

Estas são considerações simples á volta da situação política atual, onde se engloba a possibilidade, ou não da aplicação de sanções a Portugal devido ao défice excessivo.

**E Não podemos concordar com tal medida!**

-primeiro, porque não somos únicos nessa, ou noutra, quebra de regras orçamentais, - depois

porque o Povo Português e os seus governantes demonstraram capacidade, vontade e espírito de sacrifício notáveis para recuperarem a sua liberdade económica, financeira e



Carlos

política e aumentar a sua independência de decisão, durante a crise que se instalou no país.

No entanto, hoje já há partidos de sentido anti-Europa, e, no seguimento do Brexit do referendo da Grã-Bretanha a levantarem a voz pela realização de um referendo sobre a continuação de Portugal na U.E., nomeadamente a esquerda bloquista

São ainda muito ténues os resultados, as incertezas e as consequências do Brexit inglês.

Desagregação, turbulência serão duas das palavras que ouviremos daqui em diante, entre outras.

Em qualquer país, em qualquer terra! E há já alguns atores políticos a posicionarem-se nesse caminho!!!

Só não podemos aceitar que essas forças partidárias procurem fazer dos portugueses um instrumento político da sua luta anti Europa.

Como alguém afirmava há dias atrás,

Os portugueses têm de ser o objetivo da luta política dos partidos e não o instrumento dessa luta e da sua ambição partidária.

Obrigado

Sérgio Rodrigues

## MOÇÃO

Considerando que:

- a) Portugal esteve sobre um Programa de Ajustamento Financeiro nos últimos anos, desígnio esse que impôs grandes sacrifícios a todos os portugueses.
- b) O memorando de entendimento negociado pelo então governo do Partido Socialista previa, entre muitas outras condições, a diminuição do número de autarquias (sem especificar se se referiam a freguesias ou municípios).
- c) O governo à época agregou freguesias, cumprindo os compromissos com a Troika, e que outros também assinaram.
- d) O país saiu com sucesso desse programa de ajustamento.
- e) As esquerdas que suportam o governo da nação dizem querer desencadear um processo de reversão da agregação de freguesias.
- f) É recorrente o Senhor Ministro Adjunto referenciar que, ora o processo de reversão é para ser prosseguido, ora que tal fica dependente de futuro estudo, ora que só ocorrerá para determinados casos específicos após 2017.
- g) É competência do executivo o desenvolvimento e a obrigação da clarificação do processo em causa.

Perante os considerandos expostos, e porque não aceitaremos demagogia ou jogos de sombra para fazer crer que se faz, aquilo que não se quer fazer.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vem propor que esta Assembleia Municipal delibere no sentido de solicitar ao governo que esclareça de forma cabal qual a sua política, qual o cronograma e quais as circunstâncias para que haja o necessário procedimento legislativo de reversão das agregações de freguesias.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

Tondela, 27 de Junho de 2016



Carlos

## VOTO DE PESAR

Exmos. Srs.:

Presidente da Mesa da Assembleia, Presidente da Câmara Municipal, Restante Mesa, Deputados Municipais, Comunicação Social, M. Senhoras e M. Senhores,

***“JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS, nasceu em Campo Besteiros, a 14 de fevereiro de 1915.***

***Em 13 de agosto de 1939 foi ordenado sacerdote na Sé Catedral de Viseu. A 26 de março de 2000 foi nomeado Cónego.***

***De fevereiro de 1940 a janeiro de 1944 foi pároco da Abadia de Espinho de Mangualde.***

***Em fevereiro de 1944 foi nomeado pároco de Santa Maria do Guardão, onde esteve até setembro de 2000.***

***Durante 56 anos serviu esta paróquia com total dedicação. Foram poucos os dias em que, durante este tempo, se ausentou da sua “Abadia”!***

***A paróquia do Guardão era então uma freguesia de contrastes com povos dispersos pela Serrado Caramulo, de gente simples e humilde, e no centro do território, a Estância Sanatorial do Caramulo – complexo de excelência e vanguarda no combate à tuberculose. Na sua paróquia encontrou os opostos do progresso, a agricultura de subsistência, as dificuldades e até alguma pobreza e o mais avançado da ciência médica de então. A todos soube acompanhar e orientar pelos caminhos da vida,***

*Acord  
João  
Carlos*

---

***tendo granjeado grande estima no desempenho do seu trabalho pastoral.”***

***Foi “um apaixonado pela Serra do Caramulo e um estudioso da sua História e do seu património material e imaterial. Durante anos foi o diretor e único responsável pelo “Jornal Caramulo”, que chegava mensalmente a casa de todos os caramulanos, seus paroquianos e a muitos espalhados pelo mundo, que na diáspora aguardavam ansiosos pelas novidades e pelas curiosidades e factos históricos da terra natal.”***

***Foi “sócio correspondente da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes.”***

A 11 de Julho de 2015, com 100 anos de idade, apresenta o livro “Monstro Fabuloso Adormecido – Acorda, Irrompe e Urbaniza”, que ***“é uma singela compilação de alguns dos seus manuscritos, estudos, recolhas e ideias sobre (...) a Serra do Caramulo, que tanto”*** amou e estimou.

Faleceu a 14 de Junho de 2016, com 101 anos e a sua ausência deixou-nos a todos mais pobres.

Pelo exposto, o grupo parlamentar do PSD de Tondela, propõe um voto de pesar por parte desta Assembleia Municipal, ao Cónego José Ribeiro dos Santos.

(A ser enviado à família)



## **Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela**

(de 27 de abril 2016 a 20 junho de 2016)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, no dia 30 de abril, realizaram-se diversas reuniões e ações, das quais se salientam as seguintes:

- visitas de trabalho às freguesias de Santiago de Besteiros, Castelões (Cortiçada), Caparrosa / Silvares, Campo de Besteiros, Ferreirós do Dão;
- na Assembleia Geral da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão;
- com proprietários de terrenos para expansão da Zona Industrial do Lajedo (6 reuniões);
- na Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões;
- com os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia Barreiro de Besteiros / Tourigo e Vilar de Besteiros / Mosteiro de Fráguas;
- com o Diretor do Centro de Emprego e Formação Profissional Dão Lafões;
- na receção ao Presidente da Federação de Rugby;
- com responsáveis das seguintes empresas: Alkom Digital, Tregood, EDP, Montepio, Cotefis, Território XXI, QBeiras, Carvalho e Cunha e Mota Engil;
- no Conselho Intermunicipal CIM Viseu Dão Lafões;
- no Conselho Diretivo da CIM Viseu Dão Lafões;
- com o presidente da ERSAR;
- com responsáveis das instituições: Associação de Educação Física e Desporto de Tondela, IPSS do Caramulo, Fundação António Brás;
- com responsáveis da CCDRC (3 reuniões);
- com presidente do Clube Desportivo de Tondela;

- na assinatura do Plano de Desenvolvimento Rural, em Mangualde, com a presença do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos;
- na assinatura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, em Santa Maria da Feira, com a presença do Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, e Ministro do Ambiente, João Pedro Fernandes;
- na sessão de trabalho do POSEUR , em Lisboa;
- Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro;

#### **- Assinatura de Protocolos de Apoio ao Movimento Associativo**

A sessão de assinatura dos protocolos de apoio com o movimento associativo concelhio (134 instituições) decorreu no dia 14 de maio no Auditório Municipal, e constituiu mais um momento de reconhecimento e valorização por parte do Município do papel relevante e essencial que as associações revelam na prossecução das políticas locais de desenvolvimento, pelo seu papel de proximidade e envolvimento, pelas respostas às populações nos domínios que abarcam.

Destaca-se o facto de, este ano, os protocolos concretizarem objetivamente duas formas de apoio que o Município atribui às associações: o apoio financeiro e o apoio em espécie, este último através do apoio logístico que o Município atribui recorrendo aos seus recursos materiais e humanos.

Estes apoios e compromissos nos domínios social, religioso, cultural, desportivo, recreativo e humanitário atingem um montante global em 2016 de cerca de 871.849 € (mais 125.367€ que no ano anterior).

#### **- Apoio às Juntas de Freguesia do concelho**

Os novos instrumentos legais de apoio às Juntas de Freguesia, denominados Acordos de Execução, previstos pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, estão a ser implementados e estabelecem os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários ao exercício das competências legais

delegadas nas Juntas de Freguesia e à Associação de Freguesias da Serra do Caramulo.

No ano de 2016, os acordos de execução foram alvo de um novo aditamento que reflete os montantes financeiros a atribuir e que resultam de uma cuidada análise e ponderação.

Na atribuição dos recursos financeiros, no valor aproximado de 560 mil euros, foram respeitados os princípios da igualdade e equidade, mas também critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social, considerando as particularidades de cada território.

Neste contexto, o Município tem cumprido o cronograma associado à transferência dos valores monetários, reforçando a capacidade financeira da Juntas de Freguesia, num esforço conjunto de grande exigência e rigor de gestão de recursos.

Para além dos Acordos de Execução, a Lei 75/2013 de 12 de setembro preconiza outros instrumentos que regulamentam as parcerias entre os órgãos autárquicos locais, a saber, Protocolos de Colaboração e Acordos Interadministrativos, através dos quais tem sido possível o estabelecimento de Contratos de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia, para a realização de intervenções consideradas de relevante importância para o desenvolvimento do território.

Assim, o Município tem vindo a estabelecer com as Juntas de Freguesias contratos de delegação de competências, permitindo o reforço da coesão territorial, pretendendo-se desta feita, otimizar a gestão financeira das intervenções, garantindo um desenvolvimento sustentado na proximidade do serviço às populações, contratos estes que têm vindo a esta mesma Assembleia para aprovação, tal como previsto na lei.

Este instrumento legal, associado aos apoios/protocolos para as Freguesias ou Uniões de Freguesias, perfaz um montante bem superior a 1 milhão de euros, permitindo a satisfação das necessidades das populações, reforçando a proximidade, coesão e desenvolvimento locais.

## **Áreas de Acolhimento Empresarial**

### **- Expansão da ZIM Tondela –**

No quadro dos apoios do programa Centro 2020, foi submetida, no final do mês de maio, a candidatura do projeto de ampliação da Zona Industrial da Adiça, no domínio das Áreas de Acolhimento Empresarial.

Relembre-se que cada município só poderia apresentar uma candidatura de uma única zona de expansão por concelho, para o que deveriam concorrer vários fatores, entre eles não existirem lotes disponíveis no seu território.

Assim, e tal como já foi referenciado anteriormente, este projeto – além da relevante expansão - incluirá a requalificação de algumas infraestruturas das áreas da ZIM existente e criação de novos lotes e acessibilidades, respondendo à crescente procura de novos lotes industriais para instalação de novas unidades industriais na ZIM da Adiça.

Esta procura tem vindo a aumentar por parte de novos e potenciais investidores, fruto do permanente desenvolvimento de ações tendentes a captar projetos geradores de mais valias para o tecido económico e social do concelho de Tondela.

### **-Expansão da ZIM do Lajedo**

Por outro lado, e não enquadrável na candidatura acima referida, também tem sido permanentes os trabalhos de negociação de aquisição de terrenos para expansão da ZIM do Lajedo, cuja área de intervenção já se aproxima de 200.000m<sup>2</sup>.

Além destas aquisições, também está em fase de conclusão o projeto de modelação da plataforma, ao que se seguirão as infraestruturas que serão identificadas como necessárias face aos investimentos que aí se venham a localizar.

Este projeto, com as diferentes componentes, será bem superior a 1,2 milhões de euros.

Não deixo de referir a diplomacia económica, as diferentes interações com os serviços da AICEP e com representantes de diferentes grupos

empresariais, donde estão a resultar importantes possibilidades de captação e investimento.

#### - Candidaturas POSEUR

No domínio do ambiente, estamos a trabalhar na construção de uma candidatura que se apresenta com fortes restrições e condicionantes:

. Volume global de fundo previsto: 70 milhões de euros para todo o país – o que manifestamente insuficiente para a componente de SAR (saneamento de águas residuais) e AA (abastecimento de água);

. Obrigatoriedade da existência de Índice de Conhecimento Cadastral, com pelo menos 40 pontos, donde resultou a necessidade imperiosa de promovermos a nossa caracterização cadastral, em mais de 300 km de rede do nosso concelho, com custos bem expressivos;

. Impossibilidade de existirem obras de remodelação de redes ou reconversão de ETAR's;

Daqui se concluiu que o investimento por concelho será de montantes reduzidos e, nas várias componentes e nos diferentes projetos, nunca superior a 3M€;

Mais, como é amplamente divulgado, quer o sr. Ministro do Ambiente, quer o sr. Secretário de Estado do Ambiente, percorrem o país a convencer os municípios para agregarem sistemas municipais, visando criar sistemas com uma população não inferior a 100.000 habitantes.

Mais, pretendem condicionar investimentos/concursos futuros a este rácio.

Quero pois afirmar, para que alguns espíritos não se sintam motivados a divagarem sobre estratégias e intenções, que os trabalhos que estão a ser feitos por diferentes equipas de trabalhadores externos ao município, mais não visa do que proceder ao conhecimento cadastral, e não há nenhuma intenção de privatizar esse serviço. Que fique bem claro.

Como bem claro deve ficar o facto de não concordar que os próximos concursos que venham a existir para financiar obras neste sector, afastem quem não está agregado a outros municípios, ou não tenha a população acima referida.

Visando o posicionamento para a candidatura, que estará a decorrer até ao dia 5 de julho:

Já está concluído o projeto de execução da rede de saneamento de Valverde, incluindo remodelação da rede de água (não elegível), e está em curso o projeto de saneamento à povoação Cortiçada e respetiva ETAR (que também servirá a povoação de Múceres – onde existe rede sem tratamento), a que se juntarão aos projetos da 2ª fase de Molelinhos e da ligação do emissário de Fial a Caparrosinha – com ampliação da ETAR desta povoação para incluir, também, o tratamento da povoação de Caparrosa.

Também se prevê a execução de rede de água à povoação de Várzea do Homem, a ampliação e emissários da ETAR da ZIM do Lajedo, e a criação de um sistema de tratamento da rede de drenagem das águas pluviais à povoação de Carvalhal e Mouraz, incluindo uma estação elevatória para a ETAR do Couço.

Por fim, será submetido o projeto do sistema de abastecimento de água e saneamento ao Caramulo.

São investimentos que atingem um montante bem superior a 3M€. E é bom lembrar que, sem apoio de fundos comunitários, a generalidade destes investimentos não pode ser executada.

#### **- Assinatura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano**

No passado dia 31 de maio, foi assinado o contrato do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano em Santa Maria da Feira, com a presença do Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, e do Ambiente, João Pedro Fernandes. As autarquias deverão agora candidatar projetos de investimento ao Programa Portugal 2020.

Este investimento representa o resultado da primeira fase de negociação, havendo acordo para outros montantes aquando da revisão do acordo de parceria.

É bom lembrar que as obras/projetos previstos só podiam ser nestes domínios e não em outros e só podiam ser nas sedes dos concelhos e não noutras freguesias ou povoações. As regras, mesmo que discordemos, são estas e não outras. Portanto, escusam alguns mal-intencionados de referir que tudo é feito na cidade. Não é necessário demagogia, nem falsidades.

No caso de Tondela, os projetos, orçamentados em 4 milhões de euros, irão incidir nas 3 áreas previstas no PEDU, (e só nestas!!) a saber:

- . Regeneração urbana (frentes ribeirinha, ou edifícios ou pavilhões industriais degradados – desativados);
- . Mobilidade urbana sustentável;
- . Comunidades desfavorecidas (reabilitação de bairros sociais, ou intervenção social);

Estamos a avançar com projetos de execução em alguns domínios e abriremos um período de apresentação pública desta estratégia e respetivos projetos.

### **- Manutenção do CDT na 1ª Liga do futebol nacional**

No passado dia 14 de maio, o concelho viveu mais um momento histórico com a manutenção do Clube Desportivo de Tondela na 1ª Liga.

Apesar de todas as vicissitudes, a equipa assegurou no último jogo – contra a expectativa de muitos e contra as estatísticas - a sua manutenção no escalão máximo do futebol português, facto que merece o nosso reconhecimento e valorização.

Assim, e como tive oportunidade de o fazer pessoal e institucionalmente, o Município de Tondela felicita todos os jogadores, dirigentes e equipa técnica do CDT por este sucesso, acreditando que a permanência futebol profissional de alto nível trará mais um impulso à economia local, para além

de toda a promoção e divulgação não mensurável que advém de dada vez que o nome “Tondela” é mencionado.

Foi bom, na hora da comemoração, ver alguns que, por razões que um dia serão justificadas, tentam obstaculizar a decisão maioritária desta Assembleia: apoiar, nos termos legais, os investimentos mínimos necessários para acolher importantes eventos desportivos. Ou será que não temos esse direito legítimo?

O espírito combativo e abnegado que muito caracteriza as nossas gentes revelou-se também na forma como a equipa se apresentou na reta final do campeonato, assegurando a presença na 1ª Liga.

O concelho de Tondela reafirma-se por mais este feito desportivo, e renova o seu posicionamento face à região centro, sendo o CDT o único clube representativo desta parte do território nacional.

*anexo 8*  
*Carlos*

## Situação Financeira do Município de Tondela

### INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 20 de junho de 2016.

### 1 – RECEITA

#### 1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2016 e 20-06-2016)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (47,12%)	PESO DA EXECUÇÃO NA RECEITA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=[(2)/(1)]*100%	(4)=(3)-47,12%	
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.549.386,25	2.129.251,62	46,80%	-0,32%	19,16%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	85.933,95	26.996,39	31,42%	-15,70%	0,24%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	199.147,39	115.979,99	58,24%	11,12%	1,04%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.233.400,00	532.496,00	43,17%	-3,95%	4,79%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.134.081,00	4.976.113,17	49,10%	1,98%	44,77%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.424.500,00	612.032,07	42,96%	-4,16%	5,51%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	64.150,00	12.380,82	19,30%	-27,82%	0,11%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	1.050,00	0,00	0,00%	-	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DECAPITAL	5.406.301,00	1.227.569,34	22,71%	-24,41%	11,04%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	4.500.000,00	0,00	0,00%	-47,12%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	100,00	11.698,96	11698,96%	-	0,11%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	7.500,00	21.499,95	286,67%	239,55%	0,19%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1.449.232,26	1.449.232,26	100,00%	-	13,04%
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>29.054.781,85</b>	<b>11.115.250,57</b>	<b>38,26%</b>	<b>-8,86%</b>	<b>100,00%</b>

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, um grau de execução da receita de (38,26%), ligeiramente abaixo do grau de execução esperado para este período (47,12%), ou seja, apresenta um desvio negativo de 8,86%.

No entanto é de salientar que este resultado, está afetado do impacto produzido, pela receita prevista de 4.500.000, 00€ de passivos financeiros, resultante do contrato de empréstimo ainda em fase de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas. Se retirássemos este impacto, a taxa de execução da receita seria (45,27%) e não (38,26%), e o desvio negativo seria de (1,85%) e não (8,86%), pelo que, estaria em linha com o grau de execução esperado para o período em análise.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 11.115.250,57€.

## 2 – DESPESA

### 2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2016 a 20-06-2016

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (47,12%)
<b>Despesas Correntes</b>		<b>15.468.261,85</b>	<b>4.951.800,06</b>	<b>32,01%</b>	<b>-15,11%</b>
01	Despesas com Pessoal	4.784.698,00	1.937.749,42	40,50%	-6,62%
02	Aquisição de Bens e Serviços	7.174.959,85	1.954.597,34	27,24%	-19,88%
03	Juros Outros Encargos	53.768,00	3.048,05	5,67%	-41,45%
04	Transferências Correntes	3.270.889,00	1.004.592,16	30,71%	-16,41%
06	Outras Despesas Correntes	183.947,00	51.813,09	28,17%	-18,95%
<b>Despesas de Capital</b>		<b>13.586.520,00</b>	<b>1.013.320,75</b>	<b>7,46%</b>	<b>-39,66%</b>
07	Aquisição de Bens de Capital	9.848.553,00	587.301,14	5,96%	-41,16%
08	Transferências de Capital	2.592.117,00	127.244,51	4,91%	-42,21%
09	Activos Financeiros	144.750,00	0,00	0,00%	-47,12%
10	Passivos Financeiros	760.050,00	228.119,05	30,01%	-17,11%
11	Outras Despesas de Capital	241.050,00	70.656,05	29,31%	-17,81%
<b>TOTAL</b>		<b>29.054.781,85</b>	<b>5.965.120,81</b>	<b>20,53%</b>	<b>-26,59%</b>

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, um grau de execução da despesa corrente de (32,01%) sendo, o grau de execução esperado

(47,12%), representa um desvio negativo de (15,11%). Por outro lado, regista um grau de execução da despesa de capital de (7,46%), o que representa um desvio negativo de (39,66%).

Importa salientar a distorção na análise que os dados contidos neste mapa podem provocar, em períodos de análise inferiores aos doze meses, uma vez que, o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano, no entanto para a assunção de compromissos a despesa tem que estar prevista, mas dependendo dos prazos de execução não tem que estar necessariamente paga. São disso exemplo, as despesas referentes ao serviço da dívida, a execução do FAM, bem como as aquisições de capital, em que cada empreitada tem um cronograma financeiro próprio

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela se encontra a efetuar **pagamentos a fornecedores a 30 dias**.

## 2.3 – EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
AGRUP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
<b>Despesas Correntes</b>		<b>15.468.261,85</b>	<b>12.854.532,45</b>	<b>83,10%</b>
01	Despesas com Pessoal	4.784.698,00	4.740.415,03	99,07%
02	Aquisição de Bens e Serviços	7.174.959,85	5.192.039,86	72,36%
03	Juros Outros Encargos	53.768,00	48.226,35	89,69%
04	Transferências Correntes	3.270.889,00	2.786.333,76	85,19%
06	Outras Despesas Correntes	183.947,00	87.517,45	47,58%
<b>Despesas de Capital</b>		<b>13.586.520,00</b>	<b>4.367.316,10</b>	<b>32,14%</b>
07	Aquisição de Bens de Capital	9.848.553,00	1.526.067,18	15,50%
08	Transferências de Capital	2.592.117,00	1.944.151,95	75,00%
09	Activos Financeiros	144.750,00	144.750,00	100,00%
10	Passivos Financeiros	760.050,00	522.559,07	68,75%
11	Outras Despesas de Capital	241.050,00	229.787,90	95,33%
<b>TOTAL</b>		<b>29.054.781,85</b>	<b>17.221.848,55</b>	<b>59,27%</b>

Através da análise do quadro acima podemos verificar que, já comprometemos (59,27%) da dotação do orçamento do Município, que representam em termos absolutos 17.221.848,55€ de compromissos já assumidos para o exercício de 2016.

## **2.4 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e n.º 4.º do artigo 16.º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, na Norma de Execução Orçamental dos documentos previsionais de 2016, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;

Os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;

Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

**Face ao que precede verificou-se que, não se assumiram compromissos plurianuais, desta natureza, até à data de reporte do presente relatório, ou seja, 20-06-2016.**

*Cláudia  
Joana  
Chaves*

### 3. Conclusão

Estando ainda por concluir o primeiro semestre de 2016, poderemos concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram ligeiramente abaixo do padrão, salientando, no entanto, a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses.

Tondela, 20 de junho de 2016

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,

  
(Joana Chaves)



Caro Sr.  
Jorge  
Carlos

**Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia**  
**Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela**  
**Exmas. e Exmos. Membros da Mesa**  
**Exmos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de**  
**Freguesia**  
**Exmas e Exmos Membros desta Assembleia**

Erasmus de Roterdão, no século XVI escreveu no seu “Elogio da Loucura”, que “a loucura é a origem das façanhas de todos os heróis”.

Num mundo e num tempo dominado pelas questões do empenho laboral, ainda que nem sempre justamente retribuído, poucos são os que se atrevem à loucura, em particular, à loucura do dirigismo associativo.

Hoje, aqui, perante vós, atrevo-me a falar dessa realidade, dessa exigência, mas também dessa dádiva de muitos em favor de muitos mais. E, ousando aqui reclamar uma razão de ciência assente em

1



*Cláudio  
Jorge  
Carlos*

cerca de quinze anos de conhecimento nesse imenso campo, em áreas tão diversas como a deficiência, o desporto, a cultura e até no âmbito das organizações forenses, atrevo-me aqui a falar do nosso movimento associativo e na sua relevância para o desenvolvimento e afirmação da nossa região, não só no panorama nacional, como até internacional.

Não vou escalpelizar todas as actividades desenvolvidas pelas diversas associações do concelho nestes seis meses, porque certamente para tal empreitada, teria que reclamar para mim todo o tempo desta magna Assembleia. Sem beliscar no empenho de dos restantes dirigentes associativos e associações do concelho, a quem me curvo, e da paleta das múltiplas actividades que desenvolvem, e que frequentemente constituem a única forma de afirmação da sua povoação ou freguesia, não é possível no nosso concelho tocar nesta temática sem referenciar as duas associações profissionais existentes, na cultura, a ACERT e no desporto, o Clube Desportivo de Tondela. Crucial é também a força, que no desporto e na cultura outros vem tendo, que não sendo



*Carlos*

profissionais, procuram que o seu trabalho nos diversos palcos assim o pareça, como a título de exemplo a Associação de Educação Física e Desporto de Tondela, a ARCA, a Sociedade Filarmónica Tondelense e permitam-me este laivo de afectividade, a Casa do Povo de Tondela, esta que ainda neste fim de semana esteve em máxima rotação, com a apresentação, na sexta-feira e no sábado, do trabalho realizado ao longo do ano pelos seus alunos da Oficina da Música e no domingo com a deslocação à freguesia da Comenda, concelho do Gavião, onde o seu Coro Polifónico participou no concerto comemorativo do vigésimo segundo aniversário do Orfeão local.

Mas voltemos à ACERT e ao Clube Desportivo de Tondela. Sendo profissionais e com isso tendo responsabilidades acrescidas, quer num caso, quer noutro, têm elevado o nome desta região a patamares, talvez nunca antes imaginados, mas que enchem a "alma" de orgulho a todo o besteirense.

A Acert comemora este ano quarenta anos de existência, com múltiplas e diversas atividades de qualidade, engalando-se para

mais um Tom de Festa, que estamos certos, constituirá momento memorável no mês de Julho.

E que dizer do Clube Desportivo de Tondela. Ainda antes de discorrer sobre tal questão, quero deixar vincado que sou adepto do futebol e sócio do Clube Desportivo de Tondela, mas antes de tudo e acima de tudo, amo esta terra e sou acérrimo tondelense. Feita a minha declaração de interesses, penso que todos concordarão de que foi notável a cavalgada final do Clube Desportivo de Tondela, na luta pela manutenção, qual "cavalo de Troia", numa odisséia digna de ser narrada por um Homero dos nossos tempos. Da condenação inevitável à descida, a determinação dos seus dirigentes, da sua estrutura técnica e dos seus jogadores, permitiu que o Clube Desportivo de Tondela, renascesse das cinzas, conseguindo a manutenção na primeira liga do futebol profissional. Julgo que ninguém duvida da relevância para a região deste feito e das suas implicações nos mais diversos sectores da nossa sociedade. Cidades como Coimbra, Viseu, Lamego, Mangualde, Aveiro, só para citar as mais próximas, não têm, nem terão este



*Cláudio  
Ferreira  
Caldas*

privilégio, tendo os seus habitantes que vir aqui, sim aqui, às "terras de besteiros", e ao "tom dela", se pretenderem assistir a jogos da fina flor do futebol português.

Mas, louco.....louco....louco mesmo..... meus caros concidadãos.....seria poder ter o Clube Desportivo de Tondela nas competições europeias!

Muito Obrigado!

Neste ponto da ordem do dia, venho aqui manifestar a preocupação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata com um documento agora em consulta pública sobre a “Rede Nacional da Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente”, e que aponta para a extinção do Serviço de Cirurgia Pediátrica no Centro Hospitalar Tondela Viseu (CHTV), realocando-o numa única unidade localizada em Coimbra.

Perante esta possibilidade venho propor em nome do Grupo Parlamentar do PSD a aprovação da moção que passo a apresentar:

## MOÇÃO

Considerando que:

- a) O CHTV é uma unidade de saúde de referência pelos excelentes cuidados de saúde diferenciados que presta a toda a região interior do centro do país;
- b) O CHTV tem uma área de influência de cerca de 10 000Km<sup>2</sup>;
- c) O documento da “Rede Nacional da Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente”, e que passamos a citar, refere que: “A atividade cirúrgica da Cirurgia Pediátrica tende a desenvolver-se maioritariamente em regime de Cirurgia de Ambulatório, cirurgia que por definição deve ser realizada na proximidade das áreas dos doentes, razão pela qual a oferta de Cirurgia Pediátrica foi sendo descentralizada. A análise detalhada da atividade realizada a nível nacional parece demonstrar que a oferta de cirurgia pediátrica se encontra ainda abaixo da procura existente no Serviço Nacional de Saúde”.
- d) O CHTV tem uma elevada taxa de cirurgias de ambulatório;
- e) O CHTV tem os recursos humanos, bem como todas as condições exigidas para o funcionamento de uma Cirurgia Pediátrica, nomeadamente os meios de auxiliares de diagnóstico requeridos.



*Carlos*

Com base nos considerandos expostos, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vem propor que a Assembleia Municipal de Tondela delibere nos seguintes termos:

- 1 - O CHTV representa uma resposta eficaz e eficiente às necessidades de cuidados de saúde neste vasto território de baixa densidade populacional;
- 2 - É totalmente contra a extinção do Serviço de Cirurgia Pediátrica do CHTV, na medida em que representa um forte ataque às populações desta região do interior do país. Os cuidados de saúde são universais, e não um privilégio de quem reside no litoral.
- 3 - Os serviços de saúde carecem de proximidade, e um serviço único para a Região Centro localizado em Coimbra não reflete de todo proximidade e eficácia.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

Tondela, 27 de Junho de 2016

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

Tondela, 27 de Junho de 2016

Q no 00))  
Carlos

Exmo. Sr Presidente da Assembleia Municipal de Tondela  
Exmo. Sr presidente da Câmara Municipal de Tondela  
Exmo. Sr Presidente da Junta da União de Freguesias V. de Besteiros e M. de Fráguas  
Exmos. Srs Vereadores  
Minhas senhoras e meus senhores:

Em 46 anos de vida, é a primeira vez que venho a um órgão autárquico exercer aquilo que julgo ser um direito de cidadania. Faço-o, não apenas em meu nome, mas em representação de um conjunto de munícipes, com quem já fiz chegar um abaixo assinado à CMT - ainda no mandato do Dr Carlos Marta - sobre a causa que nos move, tendo então sido ignorados. Muito recentemente, por via de e-mail, fizemos chegar ao atual Presidente e respetiva vereação, a mesma reivindicação, não tendo havido, da parte destes, nenhuma resposta também. Como me prezo de ser um cidadão sensato, defensor da diplomacia e do diálogo, antes das ações de protesto mais ou menos lesivas da ordem pública, aqui me apresento com o intuito de apelar à consciência e à sensibilidade de quem gere a autarquia.

Sou morador na estrada municipal nº 627, cuja designação local é Av. Campo de Futebol, em Vilar de Besteiros, onde construí uma moradia e dela pago impostos desde ~~2007~~ 997. Tratando-se de uma via com boas condições rodoviárias, a ausência de meios sinaléticos ou físicos inibidores de velocidade, faz com que vivamos um terror há mais de 10 anos em que são praticadas velocidades absolutamente perigosas, muitas vezes acima dos 130 km/h, por muitos condutores que nem perante gestos meus de protesto - às vezes bem veementes - estão dispostos a circular a velocidades até 50 km/h como manda a Lei dentro de localidades. Quem me dera que pesassem a 80... Quando passam abaixo de 100 já me dou por resignado.

Sou um aficionado praticante de ciclismo e, por vezes saio com o meu filho de 10 anos de casa de bicicleta e vejo carros rasarem a menos de um metro a bicicleta dele a mais de 130 km/h. Como se sentiriam no meu lugar meus senhores?

Como se sentiriam se constatassem que outros munícipes, designadamente de Caparrosa, Canas de Sta. Maria, Molelos, Campo de Besteiros e muitos outros merecem da parte da autarquia a defesa da sua segurança, sendo-lhes dadas rotundas, semáforos, bandas sonoras, etc?

Como se sentiriam ao verificar que na mesma freguesia de Vilar de Besteiros, mas na povoação de Aldeia, junto ao Solar, só com a ameaça de corte de via e outras ações de protesto, é que lá colocaram uma lombas para evitar velocidades proibidas?

Como se sentiriam, e esta parte é uma assunção estritamente pessoal, se tivessem contribuído com o vosso voto para este elenco autárquico e serem alvos de discriminação em termos de segurança rodoviária? Veja-se o caso dos meus vizinhos de Caparrosa onde, não contentes com um semáforo no cruzamento para a Boaldeia, ainda tiveram direito à sua substituição por uma rotunda. No entanto, a menos de 6 km de distância, outros munícipes vivem aterrorizados porque numa estrada cheia de trânsito e com moradias ininterruptas de ambos os lados, não há sequer uma passadeira.

Apesar da minha junta de freguesia já ter mostrado todo o apoio à nossa causa, alega pouco poder fazer, pelo facto da via ser tutelada pela Município.



Eu desejava imenso que V. Exas. fizessem uma caminhada ao longo da via - bastava desde a rotunda da Seixosa até à rotunda das bombas da AVIA - e aferissem o perigo que a velocidade praticada pelos automóveis, representa para nós moradores.

Esperar por uma tragédia será a solução para algo ser feito? Que alguém ouse pensar assim, pois elas já aconteceram... já houve acidentes mortais e com feridos graves naquela via, mas parece que tudo cai no esquecimento.

Exmo Sr presidente da Câmara e da Assembleia Municipais: em consciência, parece-vos ou não tratar-se de uma simples questão de bom senso e de igual tratamento entre munícipes?

Termino, apelando-vos encarecidamente, que diligenciem no sentido de serem colocados meios inibidores de velocidade excessiva naquela via, e tomo a liberdade de opinar que não seria preciso gastar muito dinheiro - que sei que não abunda - pois bastavam meia dúzia de passadeiras desniveladas (preferencialmente em paralelo) ao longo da via que, neste caso, até teriam dupla função.

Eu e os cidadão que aqui represento, escolhemos esta forma cívica de protesto, e estamos em crer que V. Exas. serão sensíveis à nossa causa, até porque terão filhos, por certo, e quando a segurança deles está em causa, digam-me por favor e que não fariam em prole dela?

Muito obrigado pelo vosso tempo. Disse!

Olá  
Bom  
Cada

Minhas Senhoras, Srs. Presidentes da Assembleia,  
da Câmara, vereadores e restantes intervenien-  
tes.

Tenho alguns pontos a apresentar e quero per-  
guntar se devo expô-los em conjunto ou em  
separado.

Ponto (1)

Quando rasgarem a estrada que liga o Guardão  
de Lima a Pedronhe, o nosso terreno foi aberto  
aproveitando o espaço dum furo de água que  
se situa na bermã. Engenharia.

Na altura a Sra. ~~Arquiteta~~ da Câmara projectou  
um muro de suporte com 4<sup>m</sup> x 3<sup>m</sup> em betão,  
para protecção, como seria óbvio.

Após vários mandatos e muitos anos passados,  
a obra continua inerte.

A última vez que fiz uma intervenção e/  
últimato na Junta de freguesia do Guardão  
foi-me prometido que 6 meses seria o tempo  
máximo para ultimar a obra.

Foi passaram mais de 2 anos e o problema  
persiste.

Não imagino estar a ser vítima de discriminação  
porque isso seria mau, contudo quero deixar  
claro que a condescendência acaba aqui, por  
isso a minha pergunta é se esta solução  
passa por esta Assembleia, ou não.

Ponto (2)

Ainda relativamente à estrada que sustem  
uma inclinação acentuada para o nosso terreno  
tem permitido as enxurradas de inverno, como  
também as descargas dum fôco adjacente,  
inundando o fôco e todos os sistemas eléctri-  
cos e restantes. — A Junta foi informada  
que o vizinho está proibido de fazer descargas  
para a via pública — Para culminar, a  
valita que podia atenuar a situação continua  
pela promessa.

Oliveira  
João  
Cândido

Ponto (3)

Existe uma caixa de cimento que suporta uma boca de Incêndio da rede de águas Tombada e desligada da tubagem de ligação que se encontra a descrito no terreno de meus cumhades, impedindo-os de fazer obras desde há ~~mais~~ ~~anos~~ <sup>anos</sup> ~~anos~~ <sup>anos</sup>.

Ponto (4)

As obras das ruas do Caramulo que permiti-ram as nossas viaturas que pagam os mesmos impostos que os outros que tem estadas em bom estado e são um descrédito para uma vila que devia pretender-se turística.

Ponto (5)

Os acessos aos Pinhais que são um alerta constante as Camaras com riscos de incêndio, estão intransitáveis, devido em parte ao trânsito e trabalho dos tractores de grande porte.

É oportuno felicitar a Câmara Municipal de Tondela na altura de 2013 pelo ótimo trabalho nos pinhais da messe freguesia, não fosse isso, e a catástrofe da altura seria provavelmente maior.

( obrigados )